



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 6<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 39<sup>a</sup>  
(TRIGÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE  
2011, QUE “DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE POSTOS DE  
ABASTECIMENTO, LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO NOS  
ESTABELECIMENTOS DE SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS,  
*SHOPPING CENTERS* E SIMILARES NO DF”.  
DE 5 DE MAIO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – A presente comissão geral, conforme aprovação do Requerimento nº 375, de autoria de vários Deputados, destina-se a debater o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2011, que “dispõe sobre a instalação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, *shopping centers* e similares no Distrito Federal”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que fosse realizada a leitura da lista dos convidados para este debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Deputado Chico Vigilante, esta Presidência fará a leitura, mas primeiro a lista será organizada.

Esta Presidência vai suspender os trabalhos durante 10 minutos para que os convidados possam adentrar ao plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h27min, a sessão é reaberta às 15h46min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Está reaberta a sessão.

Ao dar boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, destinada a discutir o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2011, que “dispõe sobre a instalação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, hipermercados, *Shopping Centers* e similares do Distrito Federal”.

Registro e agradeço a presença do Exmo. Sr. Deputado Agaciel Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; do Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Chico Vigilante; do Exmo. Sr. Vice-Presidente Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Olair Francisco; do Exmo. Sr. Ouvidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Evandro Garla; do Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Rôney Nemer; e da Exma. Sra. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputada Rejane Pitanga.

Convido as seguintes autoridades para tomar assento à Mesa: o Superintendente do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, Sr. Dálio Ribeiro; o Sr. Presidente do Sindicato dos Frentistas, Sr. Raimundo Miquilino da Cunha; Sr. Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal – SINDICOMBUSTÍVEIS/DF, José Carlos Ulhôa Fonseca; a Sra. Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Danielle Bastos Moreira; o Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis, SINOPSPETRO/DF, Carlos Alves.

Deputada Rejane Pitanga, V.Exa. gostaria de fazer parte da composição da Mesa?

(Intervenção fora do microfone da Deputada Rejane Pitanga.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Então, V.Exa. participa daí mesmo. É que eu já havia perguntado a todos os outros.

Fazendo as considerações iniciais justificando o porquê da realização desta comissão geral, decidida após o pedido de audiência pública, informo que a justificativa, simplesmente, é porque nós estamos tratando de um problema bastante polêmico, um problema no qual há várias pessoas e vários setores muito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	3

interessados. Acho que seria uma leviandade de todos nós, Deputados, fazermos qualquer tipo de votação sem escutarmos todas as partes envolvidas no processo. Então, acho que, com essa transformação da sessão ordinária em comissão geral, temos a oportunidade de que todos os setores envolvidos e todos os Deputados deem a sua opinião e expressem a sua situação, para que, amanhã ou depois, na hora em que se fizer a apreciação, tenhamos dados concretos para fazer uma votação com bastante sabedoria, sem prejudicar nenhuma das pessoas envolvidas em todo esse processo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me que falta, ainda, convidar o representante da Abras, que é a Associação Brasileira de Supermercados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Deputado, ele foi convidado. Ele não veio porque não quis. Eu chamei.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Mas ele está presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Ele está convidado novamente. E foi o primeiro a ser convidado. Seja bem-vindo. O importante é participar. Nós estamos aqui é para poder avaliar a situação de cada um, e é muito importante a opinião da Abras.

Dando início aos trabalhos, houve um pedido do Deputado Olair Francisco, que tem outro compromisso pré-agendado, para fazer o seu pronunciamento assim que fosse aberta a comissão geral. O microfone da tribuna está à sua disposição, Deputado. Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar todos os presentes, em nome do Presidente desta comissão geral, o Deputado Raad Massouh.

Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de ler alguns pronunciamentos feitos aqui na sessão de terça-feira. Estou com a sessão escrita em minhas mãos. Então, eu gostaria de ler alguns acontecimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Pois não.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Quero começar lendo uma fala do nobre Deputado Chico Vigilante.

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero neste Comunicado de Parlamentares abordar dois temas.”

O primeiro tema do Deputado, que foi sobre o Banco de Brasília, eu vou pular. Agora vou para o segundo tema.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	4

"Acho que essa proposta de debate formulada aqui pelo Deputado Raad Massouh é interessante."

V.Exa. havia formulado o interesse de fazer audiência pública. E aí ele diz:

"Até porque acertamos que o projeto será votado nesta Casa na quarta-feira, dia 11 de maio. Já acertei com o Deputado Patrício, Presidente desta Casa, que o projeto está pautado para quarta-feira, dia 11. E é melhor, Deputado Raad Massouh, propor debate como V.Exa. está propondo, às claras, do que tentar fazer o que tentaram com o Deputado Olair Francisco, que está denunciando — não é isso, Deputado? — a tentativa que a Associação Comercial do Distrito Federal fez.

O Deputado Olair Francisco acaba de encaminhar denúncia, Deputado Cláudio Abrantes, à Polícia Legislativa para ela apurar a tentativa de uma pessoa, no dia do debate na Comissão de Constituição e Justiça, que se dizia representante da Associação Comercial do Distrito Federal, oferecer-se ao assessor do Deputado, o Manoel Carneiro, aqui dentro desta Casa, para conversar sobre a retirada do nosso projeto em pauta, dizendo que tanto o assessor Manoel Carneiro como o Deputado Olair Francisco iriam receber benefícios em função da retirada do projeto.

Primeiro, precisamos esclarecer que o Deputado Olair Francisco não é homem de ficar recebendo benefícios incontestáveis, bem como seu assessor Manoel Carneiro também não está atrás de benefícios...

V.Exa. fez muito bem em encaminhar isso à Polícia Legislativa para que o fato seja apurado, Deputado Dr. Michel, porque é uma vergonha alguém adentrar esta Casa dizendo que quer oferecer benefícios para um Deputado. Que benefício é esse? Que benefício? Que tipo de benefício?

Dizia-me há pouco o Deputado Olair Francisco que já encaminhou o fato, Deputado Patrício, à Polícia Legislativa para que o apure, porque aqui não é Casa de suborno! Deputado aqui não está à venda. Aqui não é vitrine para venda de Deputados e assessores.

Então, se eles acham que vão nos ganhar, vão ganhar apoio com esse tipo de coisa, vai piorar a situação deles! Creio que vai piorar a situação deles. Inclusive, temos aqui V.Exa. que é um policial, temos também o Deputado Dr. Michel que é delegado de polícia. Enfim, todos nós eleitos pelo povo não vamos aceitar esse tipo de método. Portanto, fez muito bem o Deputado Olair Francisco ao ter encaminhado..."

E aí o Deputado Chico Vigilante continua: "... ao ter encaminhado esse episódio para que a Polícia Legislativa apure efetivamente como se deu essa situação e que tipo de benesses eles estão a oferecer." Aí o Presidente fala: "Obrigado, Deputado Chico Vigilante".

Então outras pessoas falaram e, depois, eu entrei em pauta. O Presidente me concede a palavra e eu digo: "Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não ia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	5

trazer para o Plenário esse tema que o Deputado Chico Vigilante trouxe para esta tribuna. Primeiro porque todas as medidas que entendemos sejam corretas já foram tomadas. Uma delas foi comunicar ao nosso Presidente da Comissão, Deputado Chico Leite, e encaminhar o problema à Polícia Legislativa para que ela tome todas as providências cabíveis.

Sr. Presidente, é uma cara de pau muito grande um cidadão vir dentro do Parlamento e querer oferecer algum benefício para que seja retirado um projeto que eu considero de suma importância, Deputado Chico Vigilante. Eu até já relatei esse projeto. E há pontos que eu acho que é de suma importância colocar no projeto de lei de V.Exa., como nós já discutimos sobre isso. Mas a questão do oferecimento! Esse tipo de política, a sociedade não a aceita mais, nem este Parlamento.

Infelizmente, o Manoel Carneiro, nosso chefe de gabinete, não comunicou a mim o fato no momento adequado, porque senão nós haveríamos pedido a prisão dele imediatamente. Eu falei para o meu chefe de gabinete que esse tipo de coisa não pode ser deixado para trás. Quase que ele também perde a chefia de gabinete, porque naquele ato ele foi um pouco incompetente. Eu não gostei!

Mas quanto a esta questão nós já tomamos todas as providências cabíveis.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.”

Aí o Deputado Patrício diz que também serão tomadas todas as providências.

Acho que neste momento foi bom eu ter lido este documento para começarmos a esclarecer alguns fatos. Primeiro, o tema desta comissão geral é justamente referente a esta matéria.

Ontem à noite, fui mais uma vez surpreendido por uma nota da imprensa que veio sem assinatura, mas a pessoa que a entregou aqui na Câmara diz que é, de fato, assessor de imprensa da Associação Comercial. Está aqui:

“ACDF contesta afirmação do Deputado Olair Francisco. Nota à imprensa. A ACDF (Associação Comercial do Distrito Federal) informa que o suposto fato relatado na Câmara Legislativa do Distrito Federal hoje, pelo Deputado Olair Francisco, nunca ocorreu. Esta entidade, ou qualquer um de seus representantes legais, jamais se dirigiu ao referido parlamentar para coagi-lo, propor ou praticar qualquer ato ilícito, imoral ou antiético. Lamentamos que um parlamentar procure se destacar tentando denegrir uma entidade que há mais de 50 anos atua com seriedade e reconhecimento público na defesa do setor produtivo do Distrito Federal. Informaremos, em momento oportuno, sobre as providências adotadas em relação a esse fato. Estamos à disposição para o que se fizer necessário.” E aí vem aqui o nome da presidente, mas não está assinada.

Sr. Presidente, no próximo dia chego aos 43 anos. Nunca na minha vida eu precisei e peço a Deus e trabalho todos os dias para não ter que fazer alguma atitude para ter algum benefício. O que aconteceu naquela sessão da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	6

Câmara, da comissão, aconteceu. Infelizmente, a pessoa que procurou nosso chefe de gabinete também protocolou naquela entidade um documento em nome da Associação Comercial e Industrial do Plano Piloto. Todas as providências cabíveis já foram tomadas. Ele disse ao meu chefe de gabinete... O nosso chefe de gabinete vai ter de se explicar no dia 11 lá na Câmara, lá na Polícia da Câmara. Ele vai ter de se explicar por que ele não tomou atitude, se ele reconhece, se ele sabe quem foi. Está filmado. Ele vai ter de identificar a pessoa. Isso ele vai ter de fazer, porque nós já tomamos todas as providências.

Eu sei muito bem que, às vezes, a pessoa, na vontade de ajudar, na vontade de construir, coloca uma palavra errada e essa palavra pode até começar uma guerra. Eu tenho certeza e convicção de que a nossa Presidente não iria orientar a pessoa a falar certo tipo de frase. Mas as palavras “favorecimento” e “benefícios” têm lado A e lado B. E aí eu não posso me tornar um Deputado de corredor, um deputado de que se possa dizer ali na rua que aceitou alguma coisa que fulano de tal, A ou B lhe ofereceu.

A minha família é muito pequena, Deputado Rôney Nemer. Eu tenho 4 irmãos, minha mãe, meu padastro, 2 filhos, 6 sobrinhos e a esposa. Não dá 20 pessoas. Se paramos de trabalhar hoje, eu acho que... Graças a Deus, podemos passar um século sem trabalhar que conseguimos sobreviver, e ninguém vive mais de 100 anos. Eu não vim para este Parlamento para ter benefícios. Eu não vim aqui para a Câmara para ter vantagens. Este tipo de concessão não faz parte deste nobre Deputado. E, para mim, esse assunto já está na esfera devida.

Vamos ao que interessa, que é o tema deste ato aqui: os postos de combustíveis em *shopping centers*, supermercados etc. Nós somos relatores deste projeto na CCJ e relatamos que se desse procedimento, mas colocamos uma emenda no projeto, que será discutida aqui no plenário. Eu gostaria que começássemos a debater alguns itens. Eu vou lê-los para vocês. Gostaria que isso entrasse em pauta de discussão, porque eu entendo que isso é importante. O nobre Deputado Chico Vigilante já me comunicou que isso está na lei de S.Exa., está na lei geral, mas eu quero fazer na lei do Deputado. Eu queria debater esse assunto, pois vamos votar isso na quarta-feira. São pontos que eu acho de suma importância.

“Acrescente-se o seguinte art. 3º ao projeto de lei complementar, renumerando-se os demais:

Art. 3º A edificação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, *shopping centers* e similares de que trata esta lei fica condicionada:

I – à realização de estudo de viabilidade técnica (EPVT), de impacto ambiental (EIA – RIMA) e de impacto de vizinhança (EIV);

II – ao pagamento da Outorga Onerosa da Alteração de Uso (ONALT);



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	7

III – ao pagamento da Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR);

§ 1º Os postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamentos de supermercados, *shopping centers* e similares de que trata a presente lei deverão possuir plano de emergência que contemple, no mínimo, os procedimentos adequados a cada tipo de acidente e os responsáveis pelas ações emergenciais, de acordo com as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e com as normas técnicas pertinentes.”

Há um tema aqui que eu acho de suma importância, Sr. Presidente:

“§ 2º Não será admitida a edificação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação em imóveis concedidos por meio dos Programas de Desenvolvimento Econômico do Governo do Distrito Federal.”

Por que nós colocamos esse segundo parágrafo? O pólo de desenvolvimento é matéria de Comissão Parlamentar de Inquérito aqui nesta Casa. Um lote para posto de gasolina a Terracap irá vender por 4 ou 5 milhões de reais. Nós entendemos, o Relator da matéria, que o Governo do Distrito Federal não pode dar terras públicas para se construírem postos de gasolina.

Portanto, todos esses itens eu os encaminharei a V.Exa. para que V.Exa. os coloque em debate.

Eu gostaria também de dizer, para terminar, que todas as informações que a Associação Comercial e Industrial do Plano Piloto solicitar sobre esta matéria e sobre este Parlamentar a Mesa está autorizada a passar, porque os meios de comunicação têm dito que a Associação irá me processar. Não há problema algum. Toda informação que a Associação ou pessoa representada oficialmente pela Associação solicitar poderá ser passada por V.Exa. Então, eu estou autorizando a Mesa.

Vou também passar esses temas, que eu acho de suma importância, a V.Exa. para deliberar e colocar na pauta de discussão nesta tarde de hoje.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Eu gostaria de dizer que foi muito bom o posicionamento de V.Exa., Deputado Olair Francisco.

Vamos dar seguimento à parte judicial e policial. Eu gostaria de, a partir de agora, reservarmo-nos somente aos temas, caso contrário o horário se estenderá muito. Eu sei que a Danielle foi citada. No final, darei a palavra a ela. Eu gostaria que partíssemos para a discussão sobre a abertura ou não dos postos de gasolina. O problema do suborno ou não suborno, eu acho que podemos discutir num outro momento, num local mais adequado. Eu acho que todos aqui viemos para ver o problema real, que não conseguiremos ver se todos forem falar sobre o outro problema.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposição acerca do que V.Exa. falou. Nós Parlamentares já discutimos bastante esse assunto entre nós. A minha presença aqui hoje é para ouvir os interessados, as áreas do Governo afins a esse projeto, a área do meio ambiente, a área de legislação, os interessados dos postos de gasolina, os interessados dos outros tipos de atividades, para eu particularmente... Minha proposta é que V.Exa. passe a palavra às pessoas que não tivemos oportunidade de ouvir, para que possamos ouvi-las e fazer um juízo de valor. Por isso, solicito a V.Exa. que, se assim pudesse fazer... Acredito que seria bem mais produtivo para que pudéssemos efetivamente... Porque a nossa intenção é votar na semana que vem esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Neste momento, eu queria, primeiramente, agradecer a presença dos Deputados Benedito Domingos, Wellington Luiz e Eliana Pedrosa.

Durante a fala dos componentes da Mesa, o Cerimonial fará a inscrição daqueles que também desejam fazer uso da palavra pelo tempo regimental de 3 minutos. Caso alguém queira fazer uso da palavra, pode fazer a inscrição que depois vamos escutar, pode se manifestar que faremos a inscrição.

No momento, atendendo a solicitação do Deputado Rôney Nemer, vou passar a palavra às pessoas diretamente vinculadas a todo esse processo. Primeiro, concedo a palavra ao Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados – Abras, Sr. Alexandre Seabra, que pode ficar à vontade.

SR. ALEXANDRE SEABRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Distritais, representantes da voz do povo do Distrito Federal. Eu me sinto privilegiado porque acho que foi até por uma missão divina que cheguei a esta Mesa. Vim apenas assistir e tive a grata alegria de ser convidado pelo nobre Deputado Chico Vigilante, autor do projeto de lei, para fazer parte desta honrosa Mesa.

Caríssimos companheiros de Mesa, a Abras, por princípio, defende o livre mercado. Por que os estacionamentos dos supermercados não podem ter postos de gasolina? Por que, caríssimo amigo, Deputado Benedito Domingos? Por quê?

Em todos os municípios brasileiros, nessa extensão territorial maravilhosa que temos, não existe nenhuma proibição de os supermercados terem postos de gasolina! A princípio, há anos atrás, debatiam, por exemplo, quando aprovaram a lei que vedava que supermercados, igrejas ou áreas que tivessem uma população de risco, vamos dizer assim, pudesse ter postos de gasolina. Mas onde ficam os postos de gasolina aqui no Plano Piloto? Ficam afastados das áreas comerciais? Ficam afastados das residências? Minha querida, Deputada Eliana Pedrosa, onde ficam os postos de gasolina instalados no Plano Piloto?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	9

E observemos, quando saímos um pouquinho desta imagem, como é bom o livre mercado! Como é bom! Nós parabenizamos os exímios empresários que aportaram aqui desde a década de 60, que confiaram na Capital da República e que têm hoje grandes redes de postos de gasolina. Nós os parabenizamos e, inclusive, os reconhecemos como grandes empresários. Mas por que vetar que outros empresários desenvolvam, cresçam e possam ter postos de gasolina? Quando eu tenho a melhor oferta de produto, tenho o melhor preço! É uma consequência.

Se tenho um problema na entressafra da cana-de-açúcar, o álcool não sobe? Se tenho oferta de excesso de álcool, não cai o preço do álcool? É porque nós vendemos confiança! Os supermercados vendem confiança, e gera medo ao empresariado local nós podemos também ter postos de gasolina. Eu não encontro outro motivo. Se todos nós aqui, empresários do Distrito Federal, sejam supermercadistas, sejam donos de postos de combustíveis... Nós somos empresários!

Esta Câmara Legislativa aprovou, em 2006, matéria de igual valor que permitia que os supermercados, em seus estacionamentos, em lugares apropriados e respeitando todas as leis... Qual é o supermercado que infringe uma lei? Qual interesse nós teremos em infringir uma lei com agressão ambiental? E qual o setor que tem em sua vocação principal o valor da competitividade, o valor da confiança?

Caríssimos Srs. Parlamentares, representantes da voz do povo do Distrito Federal, deixem que o povo escolha em que posto ele quer abastecer! Permitam que ele tenha um combustível, com certeza, de exímia procedência e qualidade! Permitam que possamos gerar mais empregos!

Eu estava dando uma entrevista a um prezado representante da imprensa e ele disse o seguinte: isso vai gerar desemprego. Se eu abro postos de combustíveis em meus estacionamentos, certamente iremos gerar mais empregos. Nós somos os maiores geradores de empregos hoje no Brasil. São quase um milhão de empregos diretos. São 89 mil pontos de venda que temos. E é o setor mais competitivo da economia. Você pode optar em comprar em uma loja de vizinhança, em um supermercado de bairro, em um hipermercado. Qual o setor que representa com mais legitimidade, mais competitividade e mais confiança que o varejo brasileiro?

Eu peço aos Srs. Parlamentares que ouçam o clamor do povo de Brasília. Vamos liberar, dentro do respeito à lei e dentro dos parâmetros, para que possamos ter o legítimo direito de empreender, seja nas drogarias, seja nas lavanderias, seja nos postos de gasolina, seja nas lojas de conveniência. Deixemos que os supermercados de Brasília possam servir com qualidade e com o menor preço ao povo do Distrito Federal.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUEH) – Eu quero agradecer ao Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputado Washington Mesquita, pela presença.

A Deputada Eliana Pedrosa gostaria de fazer uma pergunta sobre o tema que foi conversado. Concedo a palavra a S.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Boa-tarde a todos. Sr. Presidente, eu peço desculpas aos meus colegas. Eu preciso me ausentar porque eu tenho um compromisso anteriormente agendado no Ministério Público, mas não gostaria de sair sem antes fazer uma pergunta. Seabra — se me permite chamá-lo assim, pois eu o conheço já há algum tempo —, eu gostaria de saber, já que você está aqui hoje fazendo este apelo em nome dos supermercados e hipermercados, se vocês já fizeram algum estudo e se já há alguma proposta para a sociedade sobre a redução do custo do combustível.

SR. ALEXANDRE SEABRA – Eu não tenho essa apresentação para lhe apresentar agora, minha querida Deputada Eliana Pedrosa, até porque fui pego de surpresa. Mas é uma coisa normal e natural. Quando temos uma melhor oferta, temos uma redução de custos. A competitividade é uma coisa salutar para a comunidade. Eu acredito que, com certeza, poderemos ofertar um combustível de exímia qualidade e com menor preço do que é atualmente praticado no mercado de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUEH) – Está satisfeita, Deputada Eliana Pedrosa?

Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis – SINOPSPETRO/DF, Sr. Carlos Alves.

SR. CARLOS ALVES – Boa-tarde, Sr. Presidente. Em seu nome, cumprimento todos os presentes.

A nossa posição, neste momento, é a de resguardar os direitos dos empregados do setor de combustíveis, fazendo com que as empresas do setor cumpram as convenções coletivas dos empregados, que os postos cumpram as normas regulamentadoras, que tenham o próprio CNPJ e que não sejam agregados aos supermercados, já que as atividades dos supermercados estão ligadas ao comércio em geral.

Somos favoráveis ao regulamento do setor, isso não é uma questão de dúvida. Já protocolamos a solicitação de uma audiência pública no Senado Federal, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o requerimento foi aprovado, para que se chame todo o setor de postos de combustíveis, de todo o Brasil, e se abra a caixa-preta para procurarmos saber onde se encontra o lucro do setor. Toda vez que há uma negociação coletiva, aparece sempre uma planilha dizendo que os postos têm prejuízos com isso ou com aquilo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	11

Então, a nossa posição é resguardar os direitos dos empregados. Podem ter certeza de que convidaremos todo o setor para participar da audiência pública. Estamos convidando a Petrobras, o Ministério da Fazenda, todos os órgãos ligados ao setor de combustível para que a gente tenha uma ampla discussão neste momento.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra à Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Sra. Danielle Bastos Moreira.

SRA. DANIELLE BASTOS MOREIRA – Boa-tarde, Deputado Raad Massouh. Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a sua sensibilidade em convocar esta audiência pública para debater tão importante tema. Cumprimento os demais membros da Mesa, colegas e companheiros neste momento de tão importante discussão.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer aqui algumas palavras acerca das colocações do Deputado Olair Francisco que eu acho que merecem algum tipo de reparo. A primeira delas é sobre o histórico da Associação Comercial do Distrito Federal. Todos sabem, principalmente aqueles Deputados que estão aqui há mais tempo, que a Associação Comercial, como já foi muito bem lembrado pelo nosso Deputado Chico Vigilante em diversas ocasiões, foi uma das grandes responsáveis pelo nascimento desta importante Casa de Leis. Então, eu gostaria só de reiterar o importante histórico que temos de trabalho por Brasília e de envolvimento em questões principalmente como essas que afligem e que se referem a todos os setores da nossa economia.

A Associação Comercial tem por conduta ética dentro desta Casa – eu já estou no meu terceiro ano de mandato, trabalhando muito *pari passu*, e o Deputado Raad Massouh acompanhou muito a nossa trajetória desde o ano passado nesta Câmara Legislativa –, com o trabalho que temos feito à frente dessa Associação, sempre acompanhar todos os projetos de lei que estão tramitando nesta Câmara, inclusive com sugestões, comentários e, muitas vezes, parabenizando os Deputados pelas grandes iniciativas que fizeram nesta Casa na propositura de diversos desses projetos.

Então, fazemos, sim, um acompanhamento diurno dentro desta Casa de todos os projetos de lei e nos manifestamos sempre em todos os projetos que por aqui passam. Trabalhamos muitas vezes, sim, com os Deputados, pois acreditamos que neles temos uma base, temos confiança. Tivemos um trabalho maravilhoso do Deputado Rôney Nemer no projeto dos “puxadinhos”, e agradeço o Deputado publicamente. Tivemos diversos outros projetos em que a Deputada Eliana Pedrosa participou à frente da Associação Comercial.

Eu gostaria de enfatizar que, a partir do momento em que uma denúncia grave como essa vem a público, denigre-se também a imagem de todos aqueles



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Deputados que sempre foram grandes parceiros da Associação Comercial, porque fica parecendo que essa é uma prática constante da nossa entidade, o que não é, e todos aqui que já fizeram parte da nossa entidade tiveram a oportunidade de saber disso.

Outra coisa de que eu gostaria de falar é do nosso trabalho à frente da Associação. Eu fui a primeira mulher a assumir esse cargo e tem sido um trabalho árduo, de dedicação praticamente franciscana, inclusive prejudicando os meus negócios em meu escritório por muitas vezes. E fazemos parte, sim, desse sistema por acreditarmos na sociedade, por acreditarmos que podemos lutar e fazer um bom trabalho para a nossa comunidade, para os nossos associados.

Muitos perguntam, pois se confundem, qual é a diferença entre a Associação Comercial e os Sistemas Fibra e Fecomércio. Perguntam como esses sistemas funcionam. Eu gostaria de dizer aos senhores que o sistema da Associação Comercial é muito diferente de qualquer outro sistema sindical. Nós não fazemos parte do Sistema S, nós não temos nenhum tipo de recolhimento que não seja o voluntário dos nossos associados. Eu gosto muito de brincar e falar que o único Sistema S que eu conheço dentro da Associação é sola, saliva e sapato, pois são os únicos 3 que eu utilizo dentro da minha trajetória na Associação Comercial.

Então, a consequência desse trabalho e dessa dedicação é a credibilidade que temos hoje, não só dentro desta Casa, mas em toda a sociedade, em todo a comunidade do Distrito Federal, em que somos normalmente chamados pela imprensa para nos manifestarmos acerca de temas polêmicos.

Deputado Olair Francisco, eu gostaria de dizer que o único lugar em que o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário. Na Associação Comercial, o trabalho é a nossa meta, é a nossa missão. Nós não vamos medir esforços também para que esse fato seja apurado o mais rápido possível, porque dentro da Associação Comercial ninguém está autorizado a falar em meu nome. Hoje realmente sei que sou a cara da Associação Comercial do Distrito Federal e estou aqui, mais do que ninguém, disposta a esclarecer essa situação o mais rápido possível. Eu gostaria que a gravidade desses fatos fosse apurada não só pela Polícia Legislativa, mas, se for o caso, também pela Polícia Civil ou por aqueles que são necessários ao esclarecimento desses fatos e dessa situação. Eu não vou permitir que a entidade que eu represento — sou a primeira mulher a romper o paradigma dentro dessa instituição — tenha o seu nome hoje arranhado ou maculado por conta de uma colocação como essa.

Quanto à nossa nota de imprensa, normalmente ela não é assinada pela Presidente. Assim como o senhor não soube dizer aqui quem foi a pessoa, o representante, enfim, quem fez a proposta absurda a seu chefe de gabinete, eu digo que quem fez está no papel timbrado da minha assessoria de imprensa, que foi contratada para tal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Deputado, com relação ao tema, nosso foco principal, e peço desculpa por me alongar mais uma vez, no dia comentado pelo Deputado Olair Francisco o que a Associação Comercial do Distrito Federal fez — chama-se Associação Comercial do Distrito Federal, não Industrial do Plano Piloto, mesmo porque no Plano Piloto não temos indústrias — foi protocolar nesta Casa um pedido de audiência pública para debater essa questão. Esse pedido de audiência pública se deu tão somente por questões outras não relacionadas a cartel. Eu não tenho procuração nem do meu amigo Alexandre, da Abras, muito menos do José Carlos, do Sindicombustíveis/DF, para discutir esse tema. Essas entidades estão aqui muito bem representadas para discutir se vale a pena ou não colocar postos de gasolina dentro de supermercados. Não sou eu quem vai debater esse tema.

O único motivo que nos levou a pedir esta audiência pública foi, principalmente, a questão do tombamento de Brasília, a questão ambiental, a desafetação das áreas públicas e privadas e o precedente de instalação e destinação comercial em qualquer região entre outras que não seriam debatidas. A nossa intenção foi discutir aqui este tema — estabelecer comércio em qualquer região de nossa cidade. Esta, Deputado Rôney Nemer, é a minha preocupação maior e tenho certeza de que o senhor vai concordar comigo, pois acaba indo para uma questão que hoje nos preocupa muito mais: a questão dos alvarás de funcionamento.

Essa questão da permissão de postos de gasolina em supermercados implicará, direta e indiretamente, a solução dos alvarás. Estamos aí hoje com um grande problema, com 40 mil estabelecimentos no Distrito Federal sem alvará de funcionamento por questão de tombamento, por questões de zoneamento. Agora vamos ter mais essa questão. Eu acredito que esse tema será, outra vez, mais um motivo para ter o Ministério Público em cima e com olhos naquilo que estamos fazendo. A intenção da Associação Comercial foi essa. O estabelecimento de qualquer comércio em qualquer região de nossa cidade pode afetar diretamente a questão de alvará, que ainda não foi solucionada e que é um tema que precisamos com urgência discutir nesta Casa. A Câmara Legislativa tem de se manifestar o mais rápido possível. Já fizemos inúmeras audiências públicas para discutir esse tema.

O nosso foco com o pedido desta audiência pública foi discutir hoje essa desafetação das áreas, a questão do tombamento e do zoneamento de Brasília. A grande diferença entre as demais cidades e Brasília é que essas cidades que têm postos de gasolina dentro de supermercados não se incomodam, não foram planejadas e não têm esse foco do tombamento. A nossa questão é essa. Brasília é a única unidade da federação que não permite a revenda nos supermercados, exatamente por conta da desafetação das áreas e do zoneamento. Essa permissão pode resultar nessa questão dos alvarás.

Por último, o que eu gostaria de falar, para encerrar a minha fala, sei que estou passando do momento, é que nós combatemos sim, combatemos o bom combate e que não me furtarei de estar presente aqui, na Polícia Legislativa, onde



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	14

quer que seja, para pedir a apuração desses fatos. Eu gostaria que essas questões do tombamento, da desafetação das áreas públicas e privadas, da instalação e da destinação comercial das regiões em relação à questão dos alvarás fossem analisadas mais uma vez.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUEH) – Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato dos Frentistas, Sr. Raimundo Miquilino da Cunha, para que faça seu pronunciamento.

SR. RAIMUNDO MIQUILINO DA CUNHA – Quero cumprimentar a Mesa, as autoridades presentes na Casa, as senhoras e os senhores.

Sou um conhecedor do tema, mas quero logo justificar aqui que há uma demanda judicial que está no TRT, uma disputa dos frentistas. Então, vou me pronunciar em nome dos frentistas, porque há tema para ir até o Supremo Tribunal Federal, nessa discussão. Não há ainda nada definido.

Conheço esse debate porque, em 2003, fiz parte de uma CPI do Combustível. Eu pensava que posto de gasolina ia aumentar o número de frentistas, mas não houve aumento; eu pensava que iam aumentar salário de frentista, e hoje os frentistas ganham R\$ 883,00, pagam assalto e pagam cartão de crédito. O cheque até que amenizou. Então, nós vivemos em uma miséria total.

Aqui, hoje, quero pedir perdão de público à sociedade de Brasília, porque fui um dos defensores no Processo nº 294, de 2000, se não me engano, do Deputado Magela, e levantei bandeira de luta com o sindicato patronal para isso não entrar em Brasília. Mas o mundo se modernizou, o mundo precisa da competição e, em Brasília, há uma cartelização; há entre 300 e 320 postos nas mãos de poucos. Acho que a sociedade merece uma gasolina barata, merece ter competitividade.

Que eu tenho preocupação com os supermercados, tenho, sim. Acho que os supermercados já deveriam estar com proposta do preço que vão oferecer. Também tenho minhas preocupações, mas acho que a sociedade está presa nas mãos de poucos, e é preciso que se dê uma abertura para esse tipo de comércio.

Não houve aumento no número de trabalhadores; não chegam a 5 mil os trabalhadores em postos de gasolina. Não houve aumento de salário. Não se tem o tiquete, mas apenas uma cesta de R\$ 35,00, que talvez compre 5 quilos de arroz. E esses senhores são senhores de engenho, estão por cima da carne seca.

Então, faço um apelo. Srs. Deputados, está nas mãos dos senhores. Que Deus abençoe esta Casa e que vocês modernizem essa lei, para que venha a ter, dentro de supermercado, posto de gasolina. É a única salvação para a sociedade de Brasília — vou botar aqui 320 postos nas mãos de poucos. Tem gente por aí que tem 28% dos postos. Não há como baratear a gasolina do jeito que está, a não ser com os supermercados, com a livre concorrência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	15

Era isso o que eu tinha a dizer. Faço um apelo, para que Deus esteja no coração de cada um dos senhores, Presidente. Que vocês votem isso, que ampliem o debate, que chamem a sociedade organizada, que chamem os órgãos competentes, o que faltou naquele tempo! Faltou isso naquele tempo. Olho para a galeria e vejo duas pessoas. Acho que a sociedade tem que ser chamada para encher esta Casa, porque é do interesse de todos, e o preço não está fácil para quem possui um carro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra ao Presidente do Sindicado do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal – SINDICOMBUSTÍVEIS/DF, Sr. José Carlos Ulhôa Fonseca, que vai passar um vídeo de 5 minutos. Depois, ele usará da palavra.

SR. JOSÉ CARLOS ULHÔA FONSECA – Antes de mais nada, eu gostaria de parabenizar a Câmara, porque, finalmente, estamos conseguindo aquilo que almejamos e solicitamos. Faz 5 anos que pedimos esta audiência, Deputado, 5 anos. Ou seja, é de nosso interesse discutir essa matéria com a maior transparência e abertura.

Parabenizo o Deputado e os que acolheram essa solicitação do setor, particularmente da Associação Comercial.

Eu gostaria, antes de mais nada, de cumprimentar todos os presentes, os Deputados, os membros da Mesa.

Evidentemente, o problema é combustível caro, cartel, abusividade de preços, enfim, uma enxurrada de conceitos que são válidos quando não se tem o conhecimento de causa, quando não se têm números efetivamente reais para que possamos entender primeiro isso e depois discutir o problema do supermercado.

Eu gostaria, então, que passassem o tema. Temos aqui, nos últimos dias, algumas informações extremamente relevantes.

(Apresentação de vídeo.)

SR. JOSÉ CARLOS ULHÔA FONSECA – Evidentemente o vídeo responde a boa parte dos problemas apontados injustamente ao setor de combustíveis de Brasília. Eu acho que, inequivocamente, há uma abusividade de impostos. Isso é muito sério. Ao longo desses anos, toda vez que somos chamados a discutir preços – principalmente com um órgão que defende os interesses difusos da sociedade, que é o Ministério Público, particularmente, órgão pelo qual nós temos o maior respeito –, nós oferecemos as nossas planilhas. Eu, particularmente, já ofereci a do meu posto várias vezes. Obviamente, nenhum comerciante, nenhum empresário tem condições de sobreviver sem lucro. Nós vivemos em um país capitalista, assim o Seabra, me permita, acabou de comentar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	16

É evidente que tivemos um problema sério estrutural. O que está acontecendo no Brasil todo. E Brasília é o segundo menor preço do país, hoje no preço máximo: R\$ 2,94. Obviamente, isso evolui, sobe, desce, porque a cana de açúcar, o álcool começa a aparecer nas usinas, hoje mesmo começa a ter condições de os postos começarem a atuar com preços menores aos consumidores, mas ainda longe do sonho de quem comprou o carro flex. E por que isso? O governo, ao emprestar dinheiro às usinas – assim como faz a nós, empresários, ou a qualquer cidadão que busque o seu banco para um empreendimento que visa o bem-estar social –, não criou gatilhos. E essa história vem de longa data, desde a criação do Pró-álcool. Foi revigorado no Governo Itamar Franco e, mais recentemente, as indústrias automobilísticas alteraram a sua estrutura, o seu *layout*, a sua matriz e, evidentemente, hoje nós temos quase 100% dos carros flex. Uma demanda acentuada de carro flex, uma falta de combustível estratégico, falta de controle de estoque que o governo não teve capacidade e competência para agir. E, lamentavelmente, nos últimos tempos, somos obrigados a ouvir autoridades que deveriam estar preocupadas em resolver o problema estrutural no planejamento e no controle acusando os postos de combustíveis, de forma injusta, de praticarem preços altos.

Eu digo aos senhores e às senhoras que se a Petrobras aqui em Brasília não tivesse, por razões que eu desconheço... Mas evidentemente por ser Capital da República, se a BR Distribuidora, juntamente com outras distribuidoras que fazem o seu preço semelhante, não estivesse fazendo um preço político nesta cidade, seguramente nós estaríamos na casa de R\$ 3,20 hoje. Vejam os senhores que a nossa comparação sempre foi Goiânia. E eu procurei mostrar todo o Brasil e aqui ao nosso lado, Paracatu, Catalão, de onde eu sou, R\$ 3,27; R\$ 3,25; R\$ 3,20. Então, o problema não é Brasília. Evidentemente, que temos o impacto disso tudo.

E eu gostaria de mostrar, eu tenho um dado importante a todos, uma planilha que compara preço da gasolina A, gasolina nossa, pura, da Petrobras, Petróleo Brasileiro. A gente confunde muito Petrobras com Petróleo Brasileiro e com Distribuidora Petrobras. A cabeça do sistema, da *holding*, é a Petróleo Brasileiro. De 05/07/2010 até hoje, ou seja, um espectro de 10 meses, a Petrobras não subiu nenhum tostão sequer no seu combustível direto às distribuidoras. Ele se mantém R\$ 0,8342. Entretanto, o álcool etanol, pela ausência de política pública, por falta de competência do Estado, ao longo desse período, subiu 189%, ou seja, é evidente que se eu fosse usineiro e não tivesse uma obrigação contratual, eu também venderia açúcar, porque, afinal, são 5 vezes mais lucro para o meu caixa; e como não sou obrigado a suprir a necessidade de mercado, por falha contratual do BNDES e de todos os governos que passaram, evidentemente, falta álcool na produção e no controle de estoque.

As refinarias e usinas misturam essa gasolina A com esse álcool, e os preços saíram, em 05/07, de R\$ 1,06 – é o preço praticado pelas refinarias – para R\$ 1,43,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

ou seja, tivemos um aumento de 37% de custo nas refinarias com as usinas, depois de misturada essa gasolina. As distribuidoras repassaram aos postos neste mesmo período 12,45%. Ou seja, o custo para a distribuidora, lá em julho, era de R\$ 2,27 e hoje está em R\$ 2,5447 – uma alta de 12,45%. E nós, postos, vilões, indevidos, com adjetivos dos mais pejorativos que temos, passamos de R\$ 2,64 para R\$ 2,94, um percentual de 11,24%. Portanto, toda situação que se coloca em cima dos postos não é verdadeira. Falta conhecimento de causa, falta conhecimento de dados fidedignos, ou seja, tanto para a gasolina como para o álcool.

No caso do álcool, especificamente o álcool hidratado para os carros flex: um sonho que ainda está difícil de realizar. Nós torcemos para que isso se modifique. Aliás, devemos parabenizar a atual Presidente, Dilma Rousseff, que, quando no Ministério das Minas e Energia, conseguiu e defendeu a transferência da cadeia produtiva do controle do álcool para a Agência Nacional do Petróleo, agora ele é combustível e, a partir desse momento, quem sabe, nós teremos condições de ter o álcool com menor impacto possível, na sua sazonalidade.

Tivemos na usina um aumento de 90%, no mesmo período. As distribuidoras absorveram 54%, os postos 39%. Vejam todos que, em nenhum momento, o setor de postos de combustíveis repassou mais do que recebeu, pelo contrário, ele absorveu custo, ele aumentou, ele diminuiu a sua lucratividade.

Lá pelas tantas se coloca o problema da abusividade de lucro, de margem, eu ouço aqui hoje: "ora, compramos a R\$ 2,54". Sim, compra a R\$ 2,54 quem é Petrobras, mas a Shell compra a R\$ 2,80 e temos R\$ 0,40 de lucro. Sim, R\$ 0,40 de lucro! Foi, sim senhor, Deputado. Então, o que acontece? Nos R\$ 0,40, quando o Sardenberg mostra aquele gráfico que nós temos ali, são impostos diretos, os R\$ 0,40 são o meu lucro bruto. Portanto, se eu vendo 300 mil litros a R\$ 0,40, eu tenho R\$ 120.000,00 de lucro bruto, quando eu tiro o meu custeio, e dentro desse custeio eu tenho imposto para todo lado. Eu pago a água com ICMS, eu pago a luz com ICMS, enfim, nós estamos corroídos de impostos da sua nascente até o momento em que nós vendemos ao consumidor.

Lá fora, os supermercados entram como entraram na França, como entraram nos Estados Unidos, e liquidaram com os pequenos. Se o projeto, da forma como está sendo proposto, for aprovado, nós vamos oligopolizar o setor, nós vamos criar mais condições de fortalecimento de grandes grupos. Hoje nós somos 112 empresários em Brasília, dos quais 5 ou 6 empresas detêm 45% ou 48%, e os demais somos nós, onde me incluo, com um ou dois postos apenas. Ora, evidentemente, o supermercado com o seu legítimo direito concorrencial, mas predador, ele é um predador, onde ele entra, ele liquida o comércio. O Extra e o Carrefour, quando entraram na Asa Norte, acabaram com mais de 200 lojinhas pequenas, pela sua globalização natural.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	18

Portanto, é natural que o consumidor, ao ver um preço de R\$ 2,94 (dois reais e noventa e quatro centavos) aqui em Brasília, faça coro com o mesmo ímpeto que nós. Nós convocamos esta sociedade há longo tempo para que se somasse a nós, para que fizéssemos a revisão tributária mais positiva. Estou vendo aqui o companheiro Charles Guerreiro. Parabéns a você e aos demais que fazem parte desses movimentos sociais. Nós achamos isso muito interessante. Agora, tire o enfoque e o adjetivo dos vilões para o aspecto guloso, a excessiva carga tributária em cima dos nossos combustíveis. Não são os postos responsáveis pelos preços altos, como querem fazer valer.

No caso da lei especificamente, é evidente que nós temos uma situação de profunda preocupação, porque sabemos que na França, como um grande exemplo, um país desenvolvido, o velho continente, neste momento, muda-se a legislação para não permitir hipermercados e grandes supermercados nos locais de grande concentração popular. Londres, Paris, enfim, qualquer cidade grande não permite mais hipermercados e supermercados.

Nós fizemos um projeto em 1957, tivemos vários postos construídos ao longo do Eixinho, ao lado das residências, descobrimos que isso tem um risco acentuado violento sobre a segurança, sobre o coeficiente natural de construção para estacionamento, descobrimos que há um problema ambiental gravíssimo e temos que, efetivamente, sugerir que os postos...

Nós sabemos perfeitamente que os supermercados devem entrar, mas que entrem em igualdade conosco, não nos estacionamentos que não foram projetados para tal. Nós compramos áreas destinadas exclusivamente para postos de gasolina. A Terracap, recentemente, vendeu um terreno em Sobradinho, de 1200m<sup>2</sup>, por R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais). Como é que os supermercados hoje estão querendo se arvorar como paladinos do bom preço quando no Brasil inteiro — em Goiânia, por exemplo — esse preço está apenas três, quatro centavos de diferença? Ou seja, jogam o preço lá embaixo, recebem toda uma demanda, enchem a sua capacidade de *layout* operacional e depois acompanham os preços normais do mercado. Assim é na França. Nos Estados Unidos a coisa é muito mais grave, hoje o posto de gasolina não vale mais nada, porque lá é *self service*. Isso iria afetar profundamente os trabalhadores, para os quais fizemos voz e coro para que passássemos a lei que impedia os *self services*.

Mas está difícil. Como disse o presidente que está brigando com outro presidente — nós ainda estamos esperando a Justiça definir quem é quem nessa seara —, de fato o frentista ganha R\$ 883,00 (oitocentos e oitenta e três reais), mas nós gastamos da nossa margem mais R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) de tributo, que são os encargos sociais. Portanto, um frentista custa R\$ 1800,00 (um mil e oitocentos reais) para nós. É a maior carga tributária do mundo, senhores e senhoras! E queremos agora imputar aos postos de gasolina uma responsabilidade, quando eu não conheço os mecanismos operacionais? Eu não conheço os seus



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

custos para dizer que nós somos os vilões da história. Acho que esse foco tem que ser mudado.

Charles, parabéns mais uma vez! Conte conosco para lutarmos em benefício da sociedade, para o que viemos, mas em cima de tributo excessivo, de um Estado perdulário, incompetente e, às vezes, extremamente corrupto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – O Deputado Chico Vigilante gostaria de fazer uso da palavra.

Antes disso, eu gostaria de agradecer a presença do Exmo. Sr. Líder do Governo na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure; da Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Liliane Roriz; e do Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu creio que esta sessão está sendo da maior valia, porque o Sr. Presidente do Sindicato Patronal, que falou aos 4 cantos da cidade, inclusive pagando nota na imprensa contra o nosso projeto, não apresentou um argumento aqui, um único, para impedir que os supermercados possam ter postos de gasolina.

Nós estamos fazendo o combate global, não estamos defendendo supermercados. Nós estamos fazendo o combate global! Agora, nós estudamos o assunto e eu vou demonstrar aqui, e o Sr. presidente do sindicato ainda não era presidente naquele tempo, porque era o Recch, mas sabe como nasceu essa lei. E vou demonstrar com dados o nascimento dessa lei, a verdadeira origem da Lei nº 2.526, que depois se transformou na Lei Complementar nº 294.

A Lei 2.526, de janeiro de 2000, que proibiu a instalação de postos de combustíveis em estacionamentos de supermercados, hipermercados e *shopping centers*, nasceu de fato em 1994, quando uma rede de supermercados pretendeu, requerendo ao Poder Público competente, instalar postos de estabelecimentos em seus estacionamentos, em razão de sua política de preços baixos para os combustíveis com vistas a atrair a clientela para a sua loja.

O Sr. José Carlos sabe, eu vou ler como é que se deu. Sentindo-se ameaçados pela possibilidade de concorrência, conforme confessaram à CPI dos Combustíveis, diretores e o presidente do Sinpetro/DF orquestraram a proibição da entrada dessa rede de supermercados no Distrito Federal. As reuniões eram realizadas na sede do sindicato e as atas dessas reuniões comprovam a prática dos crimes descritos no inciso II, IV, V e X do art. 21 da Lei nº 8.884, de 1994 — crime de formação de cartel.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	20

Nas reuniões realizadas durante o ano de 1994, foram acertadas as seguintes providências documentadas, e as atas estão nos autos da CPI dos combustíveis, estão no relatório final da CPI: foi sugerido pelo então presidente da época, Carlos Recch, a apresentação de ofício ao governador da época, solicitando providências no sentido de indeferir o pedido daquela rede de supermercados; providências tomadas pelo Deputado Osório Adriano contra o pleito; assembleia geral, uma comissão organizada pelo Sinpetro compareceu ao gabinete do Governador Roriz; audiência prevista para às 16h30min do dia 08 de março de 1994, com o Secretário de Obras do Distrito Federal, o Sr. José Roberto Arruda — isso aqui é todo o cronograma de como se deu a coisa —; Ofício nº 006, de 1994, do Sinpetro, ao Secretario de Viação e Obras, então José Roberto Arruda; envio de cópia ao Secretário Arruda da lei proibindo — portanto vocês elaboraram o projeto e encaminharam para o Arruda — a construção de postos em pátios de supermercados — foram vocês que elaboraram e encaminharam para ele —; articulação com os Deputados Benedito Domingos e Osório Adriano — o Deputado Benedito Domingos, que está aqui, lembra que participou da reunião, porque ele era proprietário de posto, deu todo o apoio, estava lá defendendo o interesse dele —; conversa com a Sra. Ivelise Longhi, Secretária-Adjunta de Obras do DF, no sentido de evitar a entrada daquela rede de supermercados no segmento de revenda — eles tiveram uma conversa com a Ivelise —; ofício enviado à Ivelise, ficando acertado entrar em contato com aquela Secretaria; em assembleia da diretoria do Sinpetro do dia 04/04/1994, foi sugerida a edição de minuta de projeto de lei para impedir a construção de postos de combustíveis em pátios de supermercados — foi na assembleia do sindicato, foi o sindicato que fez a minuta —; em assembleia da diretoria do Sinpetro do dia 09/05/1994, submeteu-se aos presentes minuta de projeto de lei para impedir a construção de postos de combustíveis em pátios — e foi aprovada na assembleia —; em assembleia geral de 25/07/1994, as considerações defendem uma suposta união que deveria existir entre os revendedores a respeito da questão da entrada do Carrefour no mercado, com o Deputado Benedito Domingos, que está presente aqui. E eu vou dizer o que o Deputado Benedito Domingos disse na reunião; S.Exa. deve se lembrar. O Deputado Benedito Domingos enfatizou a união que deveria existir entre os revendedores, o espírito de união da classe, para que não houvesse guerra interna, acrescentando que S.Exa. e o Deputado Osório Adriano mantiveram contato com o governador do Distrito Federal e que o sindicato laboral deveria entrar nessa luta, tendo em vista demissões dos trabalhadores, caso os supermercados se estabelecessem. Aí vocês foram buscar o apoio do Miquilino. Não foi isso, Miquilino? E o Miquilino, com medo do desemprego, entrou na luta. Sei que ele tem muita preocupação com os trabalhadores, mas vocês o enganaram.

O projeto deu origem à Lei nº 2.526, de 2000, sancionada pelo então governador em exercício, Benedito Domingos, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 18 de janeiro de 2000, folhas 1.394 a 1.397, volume VI.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	21

Portanto, o Benedito Domingos era Deputado, compareceu à reunião para fazer a defesa dos interesses do comércio, porque era Deputado e comerciante. Eles travaram a luta até que, quando conseguiram aprovar a Lei, S.Exa. já era governador em exercício, porque era vice do ex-governador Roriz. Foi o Deputado Benedito Domingos que sancionou a lei que tinha articulado anteriormente.

Portanto, essa é a origem de todo esse debate que está se fazendo aqui. É essa a ganância dos senhores para impedir que supermercados venham a ter postos de gasolina.

E quando se fala aqui, minha amiga Danielle, a respeito de tombamento, esta Casa Legislativa — eu tenho aqui a relação — aprovou 45 alterações de destinação de terrenos para postos de gasolina, inclusive dois no Plano Piloto, em área tombada. Está aqui a relação, é documento oficial: dois postos aqui no Plano Piloto, Deputado Olair Francisco, em área tombada. Estou com toda a relação; levaria muito tempo, eu não vou ler, mas eu estou com toda a relação de cada um dos Deputados que apresentaram projeto aqui de alteração de destinação de terreno. Quarenta e cinco terrenos foram alterados. Foi assim que surgiu a rede Gasoline de combustíveis, do Sr. Marcola; foi assim, Deputado Raad Massouh, que surgiu. Foi nesses moldes que surgiu a Gasoline, aquela redezinha laranja, que tem um postinho na Asa Norte. Ali é área tombada. Alteraram a destinação, e eu não ouvi uma voz no Distrito Federal contra a alteração daquela área que era tombada.

Eu não estou aqui defendendo supermercado, não. Mas a área lá embaixo, lá onde o Extra quer colocar, não tem diferença nenhuma dessa área aqui, Deputado Rôney Nemer, cuja destinação foi alterada, ali na quadra cento e pouco da Asa Norte, onde está o posto Gasoline. Portanto, o que vocês estão é com medo da concorrência!

Depois vocês tiveram capacidade maior ainda: numa lei que não tinha absolutamente nada a ver, que é a Lei Complementar nº 294, embutiram um parágrafo, porque era uma lei complementar, Deputado Rôney Nemer; colocaram lá que não pode haver supermercado em pátio.

Eu não estou alterando destinação de terreno. Se o Extra quiser, vai pagar outorga onerosa, vai se entender com os órgãos ambientais, tem de estar dentro da lei. Estou querendo tirar esse entulho que nunca deveria ter sido colocado numa lei; é por isso que ela está sendo considerada inconstitucional.

Para concluir: quando eu estou dizendo que vai ter concorrência... Vou chamar aqui o Edson, conheci-o ainda agora; venha cá, Edson, por favor. Venha cá, por favor. Por favor, venha cá, porque você assumiu um compromisso comigo, e eu quero que você assuma em público aqui. Venha cá, Edson, por favor, porque aqui eu jogo às claras! Está aqui. Eu quero que ele assuma um compromisso com a Casa, não adianta assumir comigo. Ele me disse que conseguiram, uma vez, uma liminar, Deputado Agaciel Maia, para pôr o posto lá da Asa Norte para funcionar, contrataram



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	22

os funcionários, e em 3 dias a liminar caiu. Mas ele me disse hoje: "Se for autorizado, eu reduzo o preço em no mínimo 10%". Não foi isso que você me disse aqui? Por favor, afirme aqui do microfone, que é para ficar documentado.

SR. EDSON MENEZES DE BRITO – Vamos fazer um estudo, Deputado, como eu falei para o senhor, não é? Mas vamos reduzir. Vamos colocar a gasolina barata.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Está aí. Ele me assegurou que reduz, no mínimo, em 10%. (Palmas.)

Está aqui, assumiu com a Casa, não comigo. Não quero compromisso comigo, quero com a Casa, quero com o povo. Portanto, vai haver diminuição de preço, sim. Porque, se não, Deputado Raad Massouh, como é que se explica que o Posto da Torre vende para taxista a R\$ 2,57? Porque, se não, Deputado Raad Massouh, como é que se explica que há um postinho pequenininho na Asa Sul, na Quadra 107, cujo dono — nós fomos lá — disse para nós que, se fidelizarmos a nossa presença lá, ele dará 10 centavos de desconto? Para cada consumidor que abastecer lá ele dará 10 centavos de desconto. É um posto pequenininho. E o dono disse que dá o desconto de 10 centavos, não é de 10%.

Eu tenho aqui informações de que o preço médio em São Paulo é R\$ 2,82. O preço do Carrefour em São Paulo é R\$ 2,49. Não venha me dizer que é mercado predatório, não. Estão aqui as informações. É documento, acaba de sair do computador. V.Exa. teve seus dados aqui, eu tive os meus. (Palmas.)

Contudo, o que eu quero, mesmo, e estou exigindo... Conversei com o Presidente da Agência Nacional do Petróleo – ANP. Todas as agências podem fiscalizar o setor pela qual são responsáveis. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL pode, a Agência Nacional de Águas – ANA pode. A única agência que não pode fiscalizar, por causa da bendita lei que diz que quebraria o monopólio do petróleo, é a ANP. É a única agência que não pode fiscalizar formação de preço.

Eu falei com o ex-Deputado Haroldo Lima, que me disse que vai buscar as planilhas de vocês. Acho fundamental, porque o que eu quero é a verdade. Que dá para vender mais barato dá. E essa é a nossa luta. Achei bom esse vídeo que o senhor trouxe aqui. Sabe por quê? Porque mostra que o Brasil inteiro está indignado. Eu não sou sócio da Petrobras, não tenho compromisso com a Petrobras, não quero dar lucro para a Petrobras. Eu quero é que a população brasileira compre barato. Nada explica a Petrobras exportar e a BR Distribuidora, na Argentina, vender a R\$ 1,54, esse é o preço na Argentina. É a mesma BR do Brasil, e há esse preço aqui. É isso o que estou combatendo. É esse o apoio que quero desta sociedade. É esse o apoio que quero dos Deputados na votação desse projeto, na próxima quarta-feira, dia 11. Muito obrigado. (Palmas.)

Só uma última coisa: quero passar, oficialmente, para V.Exa. uma nota fiscal, do dia de ontem, de um posto no centro de Taguatinga, que comprou gasolina a R\$



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	23

2,54; álcool, sem imposto, a R\$ 1,07; e álcool, com imposto, a R\$ 2,20. Está aqui, é nota fiscal, é documento. Passo para V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUEH) – Pois não. Eu vou passar a palavra ao Deputado Wasny de Roure, para que ele faça a apresentação de um trabalho feito por brasileiros no Nepal. Então, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comunidade aqui presente, lideranças sindicais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal está recebendo um conjunto de adolescentes vindos da cidade de Kathmandu. É um projeto desenvolvido por um grupo de brasileiros que procuram resgatar crianças da rua, crianças sexualmente violentadas e comercializadas.

Miquilino, a despeito deste momento bastante tenso, é o testemunho de outra realidade, mas eu creio que Deus prepara as coisas para o momento certo. Nós, naturalmente, fomos surpreendidos, ontem, pelo requerimento da realização desta comissão geral, decidida corretamente, porque nós temos um projeto de grande impacto para a cidade, encaminhado pelo caro colega Deputado Chico Vigilante. Entretanto, eu gostaria, Sr. Presidente, que os colegas pudessem permitir, por cinco ou seis minutos, o depoimento de pelo menos uma dessas jovens que já fala Português.

Esse trabalho é a Missão Cristã Mundial – MCM, com sede em Goiânia, dirigida pelo médico e pastor José Rodrigues.

Peço à Leonara, uma colega da Casa, enfermeira, que traga o grupo. (Palmas.)

É a Manata quem vai usar a palavra.

SRA. MANATA TAMANG – Boa-tarde, Sras. e Srs. Deputados. Agradeço este momento. Sabemos que esta sessão é muito importante, mas como vocês nos deram essa oportunidade – e agradeço –, tenho a honra de falar sobre um projeto do Nepal: programa Meninas dos Olhos de Deus. O programa Meninas dos Olhos de Deus, do Nepal, é um trabalho iniciado pelo pastor e médico José Rodrigues. Ele é Presidente da MCM, como já foi dito. Ele foi, em 1997, visitar a Índia pela primeira vez, em Mumbai, onde ele viu a realidade triste das meninas nepalesas que foram vendidas para a prostituição. Elas também não eram dignas de ser cremadas porque elas eram prostitutas e também foram vendidas na Índia.

Então, com essa triste realidade, ele voltou para o Brasil e, em 2000, ele mandou o Sr. Sílvio Aparecido da Silva, sua esposa Osmarin Silva e seu filho Davi Silva. Eles foram ao Nepal no ano 2000. Assim começou o trabalho. Hoje nós temos 100 casas, e todas as casas são lideradas com as meninas nepalesas, e há 185 crianças abrigadas nas casas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	24

Tem uma escola onde Lucas Barbosa e Sheila Barbosa estão coordenando as casas, coordenando especificamente a escola. Nós repatriamos muitas meninas da Índia que realmente foram vendidas como escravas sexuais pela família. Muitas delas foram vendidas pela família, por tios, tias. Então, quando elas vêm à nossa casa, muitas delas ficam desconfiadas, não acreditam em ninguém. Só que nós as recebemos com carinho, com amor, falando que elas são bem-vindas à nossa família. Nós as trazemos muitas vezes nos aviões, correndo riscos por causa dos traficantes, muitas coisas. Muitas delas, quando vêm, na primeira semana, recebem uma boneca ou bicho de pelúcia para se lembrarem da infância. Como elas foram vendidas muito cedo, 7, 8, 10 anos, elas perderam a infância. Quando elas vêm à nossa casa, elas começam a reviver a infância delas. Muitas delas foram restauradas com bonecas, sonhando de volta com tudo a que não tiveram oportunidade.

Também descobrimos que, no nosso programa, 100 casas, 1000 casas não são suficientes para acolher as meninas, para repatriá-las. Então, temos bolsas de estudo que incluem tecido, caderno, livros, pasta escolar, sapato, tudo nós damos. Nós vamos a muitos lugares remotos do Nepal onde há muito efeito de tráfico das meninas e na fronteira da Índia, porque o Nepal fica entre a China e a Índia. Então, nós vamos a lugares muito remotos, dando palestras sobre abuso sexual infantil e sobre tráfico de humanos. E a criança vai receber bolsa de estudo. Ao mesmo tempo, a família vai ficar conscientizada sobre o que é o tráfico humano e também sobre o abuso sexual. Percebemos que muitos professores também não sabiam o que é abuso sexual. Então, depois das palestras, eles ficam conscientizados. As crianças vão para a escola e as crianças vão trabalhar, para nós, como agentes antitráfico. Nós temos esse trabalho.

As meninas que moram na nossa casa também aprendem muitas coisas, como artesanato e tecelagem. Elas trabalham conosco, fazem pulseiras. Ao mesmo tempo, muitas meninas que estão trabalhando, cresceram no nosso meio e estão fazendo o ensino médio, estão estudando.

Hoje, pela graça de Deus, somos uma grande família no Nepal, e quero agradecer todo brasileiro, a nação do Brasil, que tem nos abençoado mandando voluntários. O Sr. Sílvio e a Rose foram nossos pais. Hoje ainda estamos felizes por estarmos na terra do Brasil sendo fruto do investimento deles desde 2000. Fizemos 10 anos em 20 de novembro de 2010, e hoje nós estamos dando, no programa de prevenção, mil bolsas de estudo nas 40 escolas, nos 15 distritos. Nós temos um objetivo, nosso alvo é alcançar três mil meninas, crianças, até 2012.

Eu queria agradecer todos os que nos deram este tempo, esta oportunidade de estar aqui e agradecer o Brasil também por nos abençoar mandando voluntários. Para nosso programa, temos muitos mantenedores cristãos e não cristãos. Como nossa organização é não religiosa, temos empresários, igrejas... Todos estão investindo, o Brasil e ainda muitas nações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	25

Agradeço a todos vocês. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUEH) – Obrigado a vocês. Parabéns, parabéns! Eu queria aproveitar e dizer que realmente nos emocionamos quando vemos uma situação bem colocada por uma jovem, por uma criança, com sábias palavras e com desenvoltura falando nosso Português.

Eu queria pedir a Deus que abençoe todos os organizadores deste projeto, Meninas dos Olhos de Deus, e também a todos vocês participantes. Tenham certeza, em nome dos demais Deputados desta Casa, de que vocês, no que precisarem, Deputado Wasny de Roure, podem contar com todos nós, principalmente com esta Casa Legislativa. Temos certeza absoluta de que todos os investimentos que forem feitos nesse sentido só vão melhorar a vida de todos nós no mundo inteiro. Muito obrigado por você existir. (Palmas.)

Passarei a palavra ao Deputado Rôney Nemer, Deputado Benedito Domingos, porque ele já havia me pedido anteriormente, e depois a passo para V.Exa. Eu só queria, depois da palavra do Deputado Rôney Nemer, para completar, de passar a palavra ao Sr. Dálio Ribeiro, que representa o Ibram, e depois eu volto a palavra para vocês.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Eu vou ter o privilégio porque já ouvi parte da palavra do Dálio hoje de manhã. Nós estivemos no Ibram, eu o Deputado Dr. Michel, e discutimos este assunto lá também. Dálio é um parceiro, nós somos colegas da época da UnB e, à época em que fui presidente da Comissão de Meio Ambiente, no primeiro mandato, também participamos dessa discussão.

Queria cumprimentar toda a Mesa, cumprimentar o Presidente desta audiência, Deputado Raad Massouh, todos os nobres pares, e pedir desculpa pela roupa, mas, como hoje é comissão geral, eu vim mais à vontade.

Eu vou falar mais como arquiteto urbanista do que como Deputado. Eu vou falar porque sou arquiteto, estou deputado. Eu sou arquiteto urbanista, concursado do Governo do Distrito Federal, hoje, auditor fiscal de obras. Quanto à dualidade que foi colocada aqui, “pode ou não pode”, quando projetamos uma cidade – eu participei do projeto de 10 novas cidades no DF – nós definimos, fazemos consultas a concessionárias como urbanista, todos os concessionários participam da criação da nova cidade. Então, posto de gasolina tem que ter. Onde? A gente guarda normas. Ele tem que ter um raio de segurança, tem que ter uma distância mínima das residências. Então, é isso que nos norteia quando vamos criar uma cidade: onde pode acontecer, o que pode acontecer. É dessa forma, princípio básico. Estudamos o sistema viário, sua hierarquização, as vias principais. O ideal é que o posto de gasolina esteja numa dessas vias principais, de fácil acesso, escoamento, com uma distância mínima da área residencial, com uma distância mínima de uma área onde possa haver uma concentração muito grande de pessoas. Assim definimos onde



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	26

pode haver supermercado, escola, bares, residência unifamiliar, habitação coletiva. É assim que procedemos e fazemos.

Diante disso, para o posto de gasolina, há leis federais que normatizam onde ele vai poder acontecer, onde ele não vai poder acontecer. A lei, o que está sendo proposto aqui pelo Deputado Chico Vigilante – eu até fui Relator na Comissão de Meio Ambiente e até deixamos bem claro. Eu fiz questão, na hora de dar o meu parecer, de deixar claro que, se efetivamente a lei passar nesta Casa, quem quiser alterar o seu uso terá que pagar tudo: ODIR e ONALT, a lei de construção e de alteração de uso, ela já é válida para outro tipo.

O Setor de Indústria do Gama está lá. É um setor de indústria, mas hoje pode haver residências. Tem de pagar ODIR e ONALT, e assim por diante em várias cidades.

Quando a Danielle se preocupou com o alvará de funcionamento, eu só quero dizer, Danielle, que você está sendo modesta, pois 40 mil são poucos. Hoje há muito mais de 70 mil estabelecimentos sem alvará de funcionamento. Por quê? Por desatualização das leis; por atividades novas que antigamente não existiam, como, por exemplo, os *pet shops*. Vou dar o maior exemplo: no Plano Piloto, foi difícil conseguirmos autorização para os *pet shops*. Autorizam, mas não podia haver vacinas. Por quê? Porque essa é uma atividade que antigamente não existia.

Outro exemplo: os advogados e os dentistas. Antigamente, havia um advogado e um dentista. Hoje é tudo jurídico. Logo, os escritórios de advocacia estão todos irregulares, pois a lei é muito antiga, é da época da criação de Brasília. Há, por exemplo, aqui em Brasília, a título de incremento, a título de ilustração, apartamentos que foram vendidos com vagas da garagem em área pública, e consta na escritura que a vaga é do dono do apartamento.

Na Asa Sul, quando eu presidia a Agefis, mandamos retirar correntes de umas vagas. Mas, para nossa surpresa, na escritura do apartamento constava que a vaga era do dono do apartamento. Está registrado. Isso são coisas feitas no início de Brasília.

Então, o que temos que pensar é o seguinte: é importante a concorrência? É. É nefasto o cartel? É. O que precisamos saber é onde irá acontecer. Não é a Câmara Legislativa quem irá decidir onde construir o supermercado A, B ou C. Quem decidirá é a lei maior, que é a lei federal, porque uma lei distrital não tem valor quando ela é contra uma lei federal.

Então, por exemplo, o que nos preocupa... Sabemos que algumas áreas de supermercados foram adquiridas por intermédio do Pró-DF. É triste sabermos que isso acontece. Poxa! Sabemos que eles têm tanto dinheiro para poder comprar, e vem de fora o supermercado para poder comprar. Sabe-se Deus como conseguiram uma área pelo Pró-DF. Mas a Comissão Parlamentar de Inquérito, com certeza, irá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	27

apurar este assunto, não é, Deputado Chico Vigilante? Como essas pessoas conseguiram as áreas.

Portanto, a nossa maior preocupação é a geração de emprego. Mais postos, é raciocínio lógico, vai gerar mais empregos; é uma realidade, pode quebrar um e outro. Não sei. É a lei de mercado. Quem não tem competência não se estabelece.

*Dumping* é uma coisa de que ouvimos falar; houve na época da Comissão Parlamentar de Inquérito dos combustíveis, da qual o Deputado Chico Vigilante participou e foi tão aguerrido, e eu ouvi várias discussões nesta Casa também.

Eu penso que não devemos imputar culpa a ninguém – eu, no meu pensamento. Este não é o momento de discutirmos quem tem ou não tem culpa. Este é o momento de democratizarmos o serviço, e democratizar o serviço é autorizar que ele possa se estabelecer onde ele puder efetivamente se estabelecer. O local que tiver problemas ambientais, sobre o qual o Dr. Dálio irá falar, pois ele irá falar sobre a parte ambiental... O supermercado tem que obedecer a uma distância mínima. O supermercado que não a obedecer não conseguirá colocar um posto de gasolina lá, porque, se o posto explodir, matará todos que estiverem dentro do supermercado. Aí vão falar: “então, não poderia ter o posto”. Pode. Por que no posto de gasolina você para, abastece, pega o beco e vai embora. Isso é o normal. O posto não poderá ficar perto de um local que atrai uma concentração de pessoas que ficam ali uma boa parte de tempo.

É fato. Não será esta Casa que mudará isso. São leis federais que determinam essa questão. Leis federais de uso e ocupação do solo e leis federais ambientais que definem estas regras, o mínimo de raio de abrangência.

Então, aquele supermercado que está muito próximo à área residencial não vai poder, se não guardar uma distância mínima, assim como vários postos de gasolina, porque, infelizmente, esta Casa alterou o uso de vários lotes que não eram destinados a postos de gasolina e agora eles estão correndo atrás. Aliás, estão tentando, coitados, garantir esse direito e não conseguem.

Quanto à questão do alvará de funcionamento, Sr. Presidente, isso é uma coisa que tem de ser resolvida, ou seja, não é isso que vai atrapalhar, muito pelo contrário! E digo mais: já existe uma proposta pronta para resolver toda a questão de alvará de funcionamento. Eu aguardo, em breve, que o Governo mande para esta Casa.

Nesse sentido, uma equipe de governo trabalhou, preparou e já elaborou pronta para resolver, e criou até o alvará social para as áreas que não têm, assim como é no Rio de Janeiro, em Curitiba e em vários lugares!

A questão da desafetação não precisa, porque é mudança de uso e zoneamento. Então, mudou o uso, tem de pagar a ODIR ou a ONALT; para mudar o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

uso, tem de ter o parecer do órgão ambiental, tem de ter o parecer dos órgãos de segurança e da defesa civil.

Eu penso que é uma discussão ótima, e nós estamos, muitas vezes, criando um monstro, como se autorizar as pessoas iria quebrar A, B ou C. Acredito que, se for para o bem da sociedade e, particularmente, acredito que assim o é, quanto mais concorrência saudável tiver, melhor para o contribuinte e para a sociedade.

E Brasília é uma cidade feita para carros; para quem não tem carro aqui é difícil. Isso é uma realidade, para tudo aqui é preciso usar carro, e fica caro no final. Aumento, aumento...

Essa coisa de dizer que em tal lugar é mais caro o combustível, ou menos caro... E lembro que eu fui uma vez a Porto Seguro e achei um absurdo! Não sei se ainda é, mas na época em que fui, há 15 anos, era um absurdo o preço da gasolina lá!

Mas eu vou falar de Brasília. Sob meu ponto de vista, vejo que é preciso, sim, que haja condição para que as pessoas possam, se quiserem e se o supermercado tal... aliás, não é só supermercado não, porque às vezes não é só supermercado, e se eu tiver uma indústria com grande terreno? Vamos supor que eu tenha um lote com indústria na descida de Taguatinga para Samambaia, ou de Samambaia para Taguatinga, e ali eu quisesse estabelecer um ponto de gasolina. Eu tenho de me submeter às regras nacionais, ou seja, à legislação nacional. Então, acho importante!

Mas é porque o supermercado ou hipermercado ficou muito... E, há época, o submarino a que o Deputado Chico Vigilante se refere foi colocado em projeto que não tinha nada a ver com isso. Colocaram lá e aí fizeram isso! Um "jabuti"! Um "submarino"! E aí ficou só o hipermercado e supermercado! Mas, acredito que são poucos. E depois, quando o Dr. Dálio falar, ele vai tranquilizar muita gente, porque serão poucos aqueles que guardam uma distância ideal para, efetivamente, colocar postos de gasolina, porque é uma lei federal – a não ser que mudem a lei lá na Câmara e que diminuam o raio de segurança, o raio de abrangência, como se chama, ou a margem de segurança.

Portanto, enquanto urbanista, não vejo dificuldade nenhuma. Acho que o projeto é legal, e aqueles que estão preocupados achando que todo supermercado vai ter posto de gasolina, vou dizer a vocês que, se 10% tiverem condição de ter postos de gasolina, podem ter certeza de que serão muitos, porque a posição deles, no meio, na malha urbana e no desenho urbano, não guarda essa distância que é necessária para efetivamente instalar ali um posto de gasolina.

Então, fica aí a minha contribuição. Espero que essa discussão toda tire esse monstro da coisa, uma categoria contra outra categoria, e não é nada disso. Acredito que o que esta Casa faz é, efetivamente, tentar ajudar para que, cada vez mais, nós tenhamos uma inflação menor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	29

E digo também que sei da história dos órgãos federais, Deputado Chico Vigilante. V.Exa., como Líder aqui do Partido dos Trabalhadores na Casa, e o PT está comandando lá também. Posso falar porque eu vi, e a mesma "dobradinha" lá é a mesma "dobradinha" aqui, até porque o Michel Temer está lá também como Vice da Dilma.

Entretanto, é preciso que vejamos por que para uns lugares o preço da gasolina sai por um valor e para outros lugares a distribuidora manda com outro valor. Nós precisamos colocar no valor ideal para que a população possa ter acesso, principalmente, aqui no Distrito Federal, porque precisamos do carro como meio de transporte, e o transporte público aqui, infelizmente, é de péssima qualidade, e todo mundo acaba usando o seu carro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Muito obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Benedito Domingos e depois ao Sr. Dálio Ribeiro, do Ibram, para que possamos depois, Deputada, escutar a parte do órgão competente.

Como o Deputado Benedito Domingos foi citado, eu gostaria de passar a palavra a S.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, Sra. Presidente da ACDF, Sras. e Srs. Deputados, companheiros aqui presentes, este debate já vem de longas datas e esta preocupação também. O Deputado Rôney Nemer foi muito feliz em suas declarações e praticamente esclareceu tudo aquilo que sempre pensamos. É que S.Exa. está pensando em lucro, e nós, em segurança.

Quando nós lutamos para que se evitasse a instalação de postos nas áreas de supermercados, a nossa preocupação era justamente com o grande aglomerado de pessoas que se dirigem aos supermercados. Se, por infelicidade, houvesse qualquer acidente, isso poderia causar uma grande catástrofe, colocando em risco a segurança pessoal.

Umas das coisas, na época, que nos traziam preocupação – mas hoje o Deputado Olair Francisco está apresentando uma emenda – era a questão de ter CNPJ exclusivo para postos. Porque se for o CNPJ do mercado...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agora já tem uma lei.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Então, tudo bem. Na época, não tinha.

O CNPJ ia incorporar um item a mais em seus produtos de venda. Ou seja, quando o caminhão acabasse de descarregar a gasolina, ele apropriava 25% de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	30

crédito no ICMS em sua contabilidade. Ele poderia vender 10% mais barato e ainda estaria ganhando mais que todos os outros, porque ele era beneficiado por ter outras mercadorias de que ele iria recolher impostos e por ter o crédito do combustível. Agora, já tem a lei, e ele não vai poder...

O Deputado Rôney Nemer falou muito bem. Numa época, eu até fiz uma pergunta: alguém já viu como se descarrega um caminhão de combustível? O local fica cheio de cones e com 3 ou 4 funcionários vigiando com extintores até terminar de descarregar, porque o risco de um incêndio é muito grande. Há um risco nessa parte.

Eu estou de acordo com a livre concorrência, desde que haja igualdade, conforme foi dito pelo nosso companheiro Deputado Rôney Nemer. Se for autorizado que se pague a ODIR ou a ONALT pela valorização do terreno com a mudança da destinação e desde que se preencham os critérios de segurança e também a questão do meio ambiente e outras coisas, vai haver um equilíbrio. Evidentemente, onde há maior aglomerado de gente, vende-se mais. Isso é evidente! A gasolina somente dá algum resultado se houver um valor muito grande de venda. Se não houver... O Miquilino sabe disso aqui. Há postos aqui que, no final do mês, não conseguem sequer pagar os empregados.

Eu quero deixar bem claro, meu amigo e companheiro, Deputado Chico Vigilante, que já faz 8 anos que eu não tenho mais posto de gasolina. Eu era sócio de um posto e, em 2002, vendi a minha quota. Hoje eu sou um consumidor também e quero que a gasolina baixe, porque eu também estou consumindo.

O nosso presidente do sindicato fez uma demonstração muito clara. Infelizmente, no Brasil, as mercadorias e inclusive a folha de pagamento hoje são fonte de arrecadação de impostos. A mão-de-obra... O Miquilino disse ali que ganha... O presidente respondeu que o custo social da folha é mais alto que o salário que o trabalhador recebe. E assim também acontece.

Hoje vimos aqui que a Petrobras vende a gasolina por R\$ 1,50 , e ela chega à bomba por quase duas vezes e meia o valor inicial da Petrobras. Essa oneração que temos é dos tributos. E tem mais: houve um período no Brasil em que a Petrobras, aliás, o CNP – Conselho Nacional de Petróleo tinha unificado o preço nacional da gasolina. O preço do combustível era tabelado pelo Governo. O Governo estipulava a margem de lucro. Se você comprasse a gasolina no Amapá, no Rio Grande Sul, em Brasília, ou São Paulo, você pagaria o mesmo preço. E o custo do transporte era embutido em um rateio nacional. Então, não havia o que discutir. Aquele que atendesse melhor o cliente, com melhores condições, tinha uma clientela melhor.

Hoje, a verdade nua e crua – eu passei por essa experiência – é que, se um posto abaixar 1 centavo e o outro não abaixar, o pessoal xinga esse de ladrão e só vai abastecer naquele outro posto. Por quê? Porque há um monopólio. Quem fornece



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	31

o combustível? A BR, a Petrobras. A energia, é a CEB, e ela não tem diferença de preço. A água, é a Caesb. O sindicato dos servidores de postos de gasolina sabe que há um preço unitário estabelecido, um preço único para todos. O custo é unificado. Agora, na venda, há essas questões todas.

A imprensa noticiou um dia desses que eu e o Osório... Pode ser que ele tenha uma rede, mas a rede que tenho é só a rede de dormir, Deputado Chico Vigilante. Eu tinha um posto, mas já o vendi há 8 anos, não tenho mais essa preocupação.

Quero que melhore, mas dentro destas condições: que haja uma situação de igualdade. O que, às vezes, fere-nos um pouco é que vêm muitas empresas multinacionais com capital muito alto, pois pegam dólar lá fora muito barato, chegam aqui e o jogam dentro do mercado, concorrendo, arrebentando com os brasileiros, quebrando o pessoal, pois eles têm uma facilidade muito maior de capital de giro e tudo, que o outro não tem. Isso nós temos de olhar.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua gentileza e atenção. E digo, mais uma vez, para a imprensa: eu não tenho mais posto de gasolina.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Obrigado, Deputado Benedito Domingos.

Eu concederei, novamente, a palavra ao Sr. Dálio Ribeiro, Superintendente do Ibram. Depois, conforme o combinado, concederei a palavra aos Parlamentares. Concederei também a palavra a duas pessoas que estão inscritas: o empresário Antônio Matias, dono da Rede Cascão, e o jovem Charles Guerreiro, para que eles façam seus pronunciamentos.

Eu gostaria de comunicar que, devido a outros eventos, a Dra. Danielle terá que se ausentar. Muito obrigado pela sua presença, Dra. Danielle.

Concedo a palavra ao Sr. Dálio Ribeiro.

SR. DÁLIO RIBEIRO – Eu me chamo Dálio Ribeiro, sou gestor de políticas públicas, servidor efetivo da Secretaria de Meio Ambiente e agora estou no cargo de Superintendente do Ibram.

Boa-tarde a todos, Deputado Raad Massouh, Presidente da Mesa, demais representantes da Mesa, Deputados, Deputadas, senhores, senhoras, jornalistas, servidores da Casa e meu amigo Antônio Gomes, que já se ausentou. Agradeço a deferência do Deputado Rôney Nemer, um grande amigo de muitos anos. Agradeço também a amizade do Deputado Raad Massouh.

Eu até fiz uma sequência aqui. Perdoem-me por eu estar utilizando a leitura, mas é para que eu possa ser mais útil na elucidação de dúvidas que porventura ainda existam. Primeiramente, eu gostaria de falar que eu vou desconsiderar, na minha fala, as questões de caráter econômico.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	32

Nós servidores públicos trabalhamos à luz da legislação ambiental. Nós trabalhamos, na maior parte das vezes, considerando o ato vinculado à legislação. Se esta Casa criar nova legislação, iremos levá-la em consideração em nossos trabalhos. Eu gostaria de elogiar esta iniciativa da Câmara Legislativa de trazer o Poder Executivo para o diálogo.

A função principal do órgão ambiental é buscar, incessantemente, a sustentabilidade socioambiental das atividades e empreendimentos que ocorrem no Distrito Federal. Em relação ao empreendimento postos de combustíveis, ou postos de abastecimento, lavagem e lubrificação, existe uma resolução do Conama que trata das questões de licenciamento de qualquer atividade e empreendimento efetivo ou potencialmente poluidor. Um posto de gasolina é efetivamente poluidor, porque provoca desmatamento, alteração de paisagem, alteração do ciclo hidrológico, fragmentação de corredores ecológicos. Portanto, um posto, como a maior parte dos empreendimentos e atividades humanas, é efetivamente poluidor. Mas também um posto de gasolina é potencialmente poluidor, porque também pode contaminar o meio ambiente, contaminar as pessoas. Podem ocorrer incêndios, podem até ocorrer explosões.

Também trabalhamos no Poder Executivo com o poder discricionário, que é uma margem de flexibilidade que nós, servidores públicos, temos para tomar decisão. O nosso poder discricionário, quando na determinação da escolha de determinado estudo ambiental, passa necessariamente por alguns critérios ou parâmetros. O primeiro é o da localização. Dependendo da localização do empreendimento, os estudos terão de ser mais detalhados. Também levamos em consideração a natureza do empreendimento. Uma coisa é um aeroporto, outra coisa é uma estrada, outra coisa é um *shopping center*, outra coisa é um posto de gasolina. Também consideramos o porte do empreendimento. Os empreendimentos menores, teoricamente, possuem menor ofensividade ao meio ambiente. Empreendimentos menores, menor ofensividade.

Para postos de gasolina, exigimos a prévia elaboração, antes do licenciamento, do Plano de Controle Ambiental – PCA, para que depois da aprovação o órgão ambiental possa licenciar o posto de abastecimento. É lógico que não cessa aí. O monitoramento é sistemático e contínuo.

Eu gostaria também de falar que a Resolução do Conama nº 001, de 1986, que foi um marco legal que quebrou o paradigma da necessidade e obrigatoriedade da prévia elaboração de estudos ambientais para empreendimentos e atividades efetivamente poluidoras, determina a necessidade de avaliação do órgão ambiental das alternativas locacionais e também das alternativas tecnológicas.

Em relação a alternativas tecnológicas, houve um avanço contundente no que tange a postos de combustíveis. Hoje os postos de combustíveis para serem implantados têm de instalar um tanque de parede dupla para armazenagem de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	33

combustíveis. O que é isso? São dois tanques, um dentro do outro. Se ocorrer porventura um vazamento do tanque interno, esse combustível logicamente cai no segundo tanque e um dispositivo de alarme é acionado. O risco de contaminação ambiental, portanto, é próximo de zero. Na engenharia não existe risco zero. Existe o risco próximo de zero.

Houve um grande avanço no que tange a tecnologias mais seguras em relação à implantação de postos de combustíveis. Mas, em relação a tecnologias locacionais, é obrigatório que esses estudos ambientais levem em consideração a localização, ou seja, alternativas locacionais para empreendimento. Vou citar o exemplo da Terceira Ponte, que foi implantada na QI 26. Por que não foi na QI 28, na QI 24? Porque temos de analisar as alternativas locacionais. Vamos aprovar um posto debaixo da marquise de um prédio habitacional? Em princípio, não. Do ponto de vista locacional, seria um local inadequado para implantação de um posto, mas, se ele apresentar uma distância mínima de segurança — essa distância depende das condições do ambiente —, essa localidade pode ser considerada apta para instalação de um posto.

Eu gostaria de dizer que o órgão ambiental, em princípio, encontra-se cauteloso com a proposta desse novo dispositivo legal, porque os supermercados e *shoppings* são locais de grande e significativa aglomeração humana. As pessoas que frequentam esses ambientes são pessoas que representam a família: crianças, adultos, aposentados. Por isso, o órgão ambiental está cauteloso no sentido de apoiar ou não esse dispositivo legal. Também levamos em consideração a questão do risco. Repito: risco zero na engenharia inexiste, apesar de que a nova tecnologia para postos se aproxima do risco zero.

Também gostaria de lembrar dois casos famosos: o do posto Brazuca, em direção à cidade de Sobradinho e o do posto da QL 6 do Lago Sul, onde houve dano às pessoas que moravam próximas dali. São só dois casos mais conhecidos de tantos postos que possuímos, mas são dois casos.

Eu gostaria também de chamar atenção de algo importante. A posição do órgão ambiental é a seguinte: existe análise caso a caso. O Deputado Rôney Nemer já adiantou. Não podemos dizer: "Sou contra a implantação de postos em áreas de *shoppings* e supermercados". Não, seria uma falha equivocada. Temos que analisar as condições ambientais, principalmente a distância do posto em relação ao supermercado ou ao *shopping center*, e também a direção predominante dos ventos. O ato de abastecer o posto pelo caminhão-tanque e o ato mais frequente e sistemático de abastecer os veículos sempre provocam a emissão de voláteis na atmosfera. E essa emissão constante de voláteis na atmosfera sendo carreada pelo vento, pela direção do vento predominante, para um *shopping center* ou para um supermercado, é algo inadequado do ponto de vista ambiental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	34

Então, o órgão ambiental não se posiciona contrário ou favorável a esse novo dispositivo legal, mesmo porque deverá considerar a distância desses postos em relação ao *shopping center* ou ao supermercado e também a direção predominante dos ventos. E outras questões relacionadas com o tipo de solo, características edáficas, características hidrogeológicas também são levadas em consideração.

Terminando a minha fala, gostaríamos de olhar para frente, Deputados e Deputadas. Poderíamos incentivar, sim, a implantação de postos nessas áreas para abastecimento de nitrogênio e para veículos movidos a energia elétrica. Esses postos, em princípio, não teriam problema nenhum de serem implantados nessas regiões. Isso não é mais utopia, isso já está próximo de acontecer. Combustíveis fósseis são altamente poluentes para serem produzidos, poluentes para serem transportados, poluentes para serem refinados nas refinarias e principalmente poluem o meio ambiente quando são queimados para geração de trabalho.

Por último, eu gostaria de chamar a atenção para um aspecto que não foi comentado nem pelo representante do Sindicato dos Frentistas, mas conversei com ele, e ele me falou que esse assunto é muito sério. Ele me falou que temos 4.200 frentistas trabalhando no Distrito Federal, a maioria pais de família, 4.200 que sistematicamente estão vulneráveis aos voláteis dos combustíveis fósseis. Combustíveis fósseis esses, principalmente o benzeno, que provocam câncer. Esses frentistas que estão... Falo vulneráveis porque vulnerabilidade é diferente de susceptibilidade. Susceptibilidade é quando você tem o dano, mas você não está próximo a esse dano; vulnerabilidade é quando existe o risco, o dano, e o ser humano está próximo a esse dano ou a esse risco. Então temos 4.200 frentistas hoje no Distrito Federal — e no País — vulneráveis à contaminação de voláteis por substâncias tóxicas à saúde humana. Eu gostaria de sensibilizar esta Casa para que reflita e possa ser referência no País para se pensar num dispositivo legal que proteja a segurança dos frentistas.

Quero deixar claro que a posição do órgão ambiental, aqui representando o Presidente Moacir do Ibram e o Secretário do Meio Ambiente, Eduardo Brandão, é de que cada caso deve ser considerado pelo órgão ambiental. Não somos contra essa lei, muito pelo contrário, se posso dizer assim de forma redundante, cada caso é um caso e o órgão ambiental irá se posicionar licenciando ou não esse posto de combustível.

Muito obrigado pelo tempo disponibilizado para o órgão ambiental poder falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Raad Massouh, quero parabenizar V.Exa. por essa audiência que traz ao debate assunto tão importante. Importante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	35

porque temos que entender que Brasília hoje é a quarta maior cidade do País, atrás apenas do São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. São quase 2 bilhões e 600 mil habitantes. Então, no que diz respeito a essa parte da legislação, há uma dinâmica muito grande, pelo crescimento populacional, nos aspectos econômicos.

Quanto à discussão de aumentar a oferta, até por ter formação de economista, tenho que ser favorável ao aumento da quantidade de postos, pois a oferta, em princípio de economia, reduz os preços. Nesse debate em Brasília sobre ser em supermercados ou em áreas diferentes, estamos entre dois grandes grupos. Tanto é forte essa associação dos supermercados, como é forte, também, esse sindicato dos donos de postos de gasolina.

Alguns aspectos me preocupam, apesar de votar favoravelmente – assim já votei na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e também vou votar favoravelmente em plenário –, pois não temos muitos elementos para saber se esse impacto vai ser realmente benéfico para a população. Não temos planilhas. Precisaríamos de mais elementos para poder dizer: “Olha, ao se estabelecer e votar aqui, os hipermercados e supermercados vão colocar postos de gasolina”. Mas, depois de algum tempo, não cobrarão o mesmo preço dos outros postos que, em tese, conforme estamos levantando, estão cobrando muito caro hoje? Vai funcionar? Que tipo de compromisso vai ser feito? Será apenas mais um local para abastecer, sem nenhum impacto na redução das despesas do consumidor?

Há formalização de associações, seja associação comercial, seja associação, seja sindicato, para defender os interesses dessas associações. Ninguém de associação de supermercados, de sindicato vem aqui defender a tese de que se deve expandir esse mercado a eles se não houver interesse comercial. Claro que tem. Agora, existe algum compromisso com os Deputados que estão votando nesse projeto de que, realmente, o preço da gasolina vai cair para o consumidor? Será que existe algum mecanismo, alguma emenda, Deputada Rejane Pitanga, que estabeleçam um critério ou um princípio nessa lei para dizer: “Olha, nós garantimos. Vocês estão votando para que os supermercados coloquem postos de abastecimento em seus estacionamentos, mas nós vamos garantir que eles vão vender mais barato do que o pessoal que está vendendo atualmente”.

Esse impacto, esse detalhamento sobre essas variáveis econômicas nós não temos. Nós só temos um princípio básico – se aumentar a oferta, diminui o preço. Mas nós não temos outra garantia que não seja essa. E também não podemos nos iludir, a população, os Deputados, pois isso é travado entre dois grupos muito poderosos.

Então, gente, é uma discussão sobre a qual a população precisaria ter mais informação. Podemos votar isso e o efeito pode não ser o esperado. Eu vou votar favoravelmente apenas pela formação acadêmica que tenho de economista. Vou dizer: “Olha, vai aumentar a quantidade de postos. Automaticamente, tendo mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	36

postos, a gasolina vai ser mais barata. Mas isso não nos dá garantia". Tem de haver planilha de custos, alguns compromissos dessa associação dos supermercados. Não pode vir um rapaz, como veio aqui com o Chico, dono de um posto, sozinho, isolado, dizer: "Não, eu vou vender mais barato". Provavelmente, os fornecedores vão enforcá-lo. Não vão fornecer-lhe gasolina. Há uma diferença muito grande.

Então, o que eu quero lhes dizer é que há um compromisso do Deputado Agaciel Maia de votar favoravelmente à expansão, ao aumento da quantidade de postos. Mas a população não tem garantia de que isso vai resultar na diminuição de preços.

Outro aspecto que eu gostaria de abordar aqui se refere ao que a Dra. Danielle falou sobre a interação. Eu sou funcionário do Senado há 34 anos. Quando eu cheguei ao Senado, o Presidente da Casa era o Magalhães Pinto. E sempre houve este embate entre a assessoria parlamentar e a atuação do Parlamentar, seja em comissões temáticas, seja em plenário. Em relação à discussão sobre quem ofereceu A, B ou C, quero fazer uma defesa do Deputado Olair Francisco. O Deputado Olair Francisco, para se proteger, tinha que fazer o que fez mesmo. Senão, começaria o boato de que ele estava fazendo isso e aquilo e não tomou nenhuma providência.

Deputado Raad Massouh, eu também gostaria de informar à Dra. Danielle que quem é competente, conforme o Regimento, é a Polícia Legislativa da Câmara. É essa polícia que deve fazer essa apuração.

Então, em poucas palavras, é isso que eu quero dizer-lhes.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH)** – Neste momento, concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga.

**DEPUTADA REJANE PITANGA** – Boa-noite. Eu queria saudar a Mesa, todas as entidades presentes, os representantes das sociedades e também os colegas Parlamentares.

Eu queria dizer que eu estou presidindo a Comissão de Defesa do Consumidor nesta Casa. E quero fazer uso da palavra neste momento não só como Parlamentar, mas também como alguém que é cidadão desta cidade e que vê, a cada dia, a indignação da população do Distrito Federal. Na verdade, é isso. Hoje, Brasília, como disse o colega que me antecedeu, de acordo com o último censo, passa a ser o quarto estado do Brasil em população, com todos os problemas que uma cidade com uma grande população tem. Problemas gravíssimos, principalmente do ponto de vista de transporte. Ontem, nós acompanhamos a assinatura do Plano Distrital de Transporte, a sanção do Governador Agnelo ao projeto que esta Casa aprovou.

Esperamos que, muito em breve, haja investimentos e haja mudança, porque isso significa mudança na qualidade de vida da população do Distrito Federal. Queria dizer que este debate – sou da bancada do Partido dos trabalhadores, quero



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	37

votar no projeto, vou votar no projeto – é extremamente positivo, pois estamos ouvindo as entidades, representantes das mais diversas correntes de pensamento. Há aqui um companheiro representante dos trabalhadores cuja história conheço muitíssimo bem. Sei do seu compromisso e sei o quanto sofreu ao ter a sua categoria e a própria entidade sindical perseguida, ao sofrer interferência na organização sindical. Nessa época, eu era presidente da Central Única dos Trabalhadores e tenho um claro depoimento do compromisso e da seriedade do Miquilino na representação dos trabalhadores frentistas.

Então, eu quero iniciar por aí. Nós queremos primeiro traduzir a indignação da população do Distrito Federal com o aumento dos preços dos combustíveis e da total impossibilidade de concorrência no Distrito Federal. Se a gente pegar essa planilha que foi distribuída aqui pelo próprio sindicato, que coloca o preço do Distrito Federal como o segundo menor preço do Brasil, verificaremos que o desvio padrão também é quase zero. Isso significa dizer que, no Distrito Federal, diferentemente de outros estados, as possibilidades de diferença de preços no conjunto dos postos de gasolina também é zero. Então, tem algum problema acontecendo. Passa do segundo menor para o segundo maior. É isso que a população quer discutir. A população quer discutir a possibilidade de ser respeitada no seu direito de consumidor. Sabe por quê? Porque briga entre grupo econômico é briga por lucro e não por direito de cidadania! É isso o que queremos debater nesta Casa. Queremos ter a oportunidade de escolher. Não podemos ser reféns da briga dos grupos econômicos.

Este país é um país capitalista? É um país capitalista, sim, infelizmente. Mas queremos e podemos fazer deste país um país socialmente mais justo. É isso o que queremos fazer. O Distrito Federal foi a única unidade da federação deste país mergulhada na corrupção, e foi por isso que aconteceu tanta coisa nesta Casa. Foi por isso que se mudou destinação de área, foi por isso que se fez um monte de coisas aqui. Isso aqui tem que mudar, certo? Tem que mudar, e é isso que a população de Brasília espera. O Distrito Federal andou na contramão do que andou o Brasil, ampliou a desigualdade social, porque quem tem mais dinheiro tem cada vez mais; quem tem menos tem cada vez menos. Um abandono total de políticas públicas e com a desesperança total da população. Isso também tem que ser discutido aqui. Não é uma briga entre Deus e o Diabo nem entre o bem e o mal.

Portanto, queremos discutir o projeto do ponto de vista de assegurar todas as condições de meio ambiente, de tombamento, de tudo o que é possível. Queremos discutir esse projeto e as possibilidades de darmos oportunidade e de garantir o direito que está sendo subtraído da população do Distrito Federal. É isso que está em jogo. Eu não estou aqui defendendo interesse de empresário, de grupo econômico, até porque não tenho nada a ver com isso. Essa não é a minha origem. Fui a minha vida inteira dirigente sindical e vi muito bem qual é a luta que os trabalhadores têm na relação capital-trabalho. O que passa um frentista e o que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	38

passam os trabalhadores de supermercado? Na maioria das vezes, o público é feminino e sequer tem tempo para ir ao banheiro, porque não pode sair do caixa. É essa a realidade dos trabalhadores da bomba de gasolina e a realidade dos trabalhadores dentro dos supermercados. Isso também tem que ser respeitado. Nós queremos geração de emprego, sim, mas queremos geração de emprego decente. Não queremos ver os trabalhadores do setor privado, cada vez mais, sendo aviltados nos seus direitos; os empresários, cada vez mais, com os bolsos cheios, pelo lucro, e a população, cada vez mais, sem direito.

Acho que temos muito para discutir, e queremos assegurar todas as iniciativas que venham no sentido de garantir o direito subtraído no Distrito Federal. E isso está muito claro com os dados apresentados aqui. Nós queremos – é este o papel desta Casa Legislativa e dos Parlamentares – garantir direitos para a população do Distrito Federal, e ela tem feito, a cada dia, manifestações por todos os lugares desta cidade. Não é possível que as pessoas coloquem uma venda nos olhos e consigam trabalhar apenas como se fossem números, como se a população do Distrito Federal representasse apenas planilhas de lucro, sem direitos e sem cidadania.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra ao Sr. Charles Guerreiro.

SR. CHARLES GUERREIRO – Boa-noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Raad Massouh; todos que se fazem presentes para uma discussão tão importante como esta; o Sinpetro, representado pelo Dr. José Carlos Ulhôa; a Rede Gasol, maior rede do Distrito Federal; o Deputado Chico Vigilante, que traz o tema e tem uma proposta para tentar solucionar um problema como esse; demais Deputados presentes; outros companheiros de luta, de mobilização social, presentes neste debate, como o Miquilino.

Nós ouvimos, vamos dizer assim, os segmentos que aqui se encontram falando desse tema. Quero falar um pouquinho do movimento que nós criamos e por que ele surgiu. Esse movimento nasceu em 2009 e foi denominado Movimento contra a Cartelização dos Combustíveis e Redução da Carga Tributária. Ele não nasceu para perseguir ou destruir empresário e tampouco Governo, mas para trazer à discussão pública o que passa hoje o cidadão comum, que não é dono de supermercado, que não é dono de posto de gasolina. O cidadão que simplesmente tem que sair da sua casa e chegar ao seu trabalho, que tem que se deslocar muitas das vezes para pegar o filho na escola, ou para ir ao hospital, enfim, esse tipo de coisa que é a vida cotidiana do cidadão comum.

O que nós temos observado ao longo desses anos? Temos visto que o preço dos combustíveis, no DF, de fato, sempre esteve entre os mais altos do País e sem aquilo que todos nós esperávamos: a concorrência. Logicamente, o Sinpetro tem os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	39

seus números para apresentar e para discutir o porquê disso. Muito me chamou a atenção o fato de que o pessoal da Secretaria de Direito Econômico — com quem tenho mantido contato desde 2009, até mesmo antes disso — às vezes vem a público dizer que até isso não caracteriza uma condição de cartel. Sempre que se pegar o que é cartel, chega-se ao inverso desse denominador, que, na verdade, é um nivelamento de preço que não dá oportunidade ao consumidor de pesquisar, de buscar qualquer alternativa.

Em virtude disso, empenhamo-nos, desde 2009, a acompanhar e cobrar do Supremo Tribunal Federal que a chamada Lei Complementar nº 294, de 2000 — uma lei distrital criada no ano de 2000, sobre a qual já falaram —, entrasse, então, na pauta daquela Corte, porque nós, até então, entendemos que o Supremo tem de dar a sua palavra final. Essa lei, que envolve, inclusive, artigos federais sobre ocupação de um segmento — seja desse ou daquele outro —, deveria ter, logicamente, a palavra final. Ela caiu, em fevereiro de 2009, no Supremo, que aceitou os argumentos da Secretaria de Direito Econômico e do Ministério Público, acompanhados dos setores da sociedade civil organizada. Encaminhou-se a questão, então, ao Sr. Gurgel, que a aceitou e a encaminhou ao Supremo, onde, até agora, na verdade, está engavetada e não entra na pauta. Nós entendemos que qualquer decisão que seja tomada e que possa ferir algum artigo constitucional, seja ele qual for, por si só, pode cair por terra e acabar prejudicando aqueles que mais esperam uma decisão em que se vislumbre a tal da concorrência.

Então, o que nós queremos de fato? O cidadão, hoje, Sr. José Carlos, Sr. Antônio Matias, que percorre o Distrito Federal — não estou falando do empresário, que pega seu carro e roda o dia todo, não, mas do cidadão comum —, geralmente sai da sua casa, vai para o trabalho, pega filho na escola, às vezes vai ao mercado ou a um hospital. Ele precisa do carro, porque não há transporte público no Distrito Federal. É a capital federal, mas não há um transporte público que atenda ao cidadão. O carro é necessário, mas nós não podemos continuar pagando um preço como esse. Por isso, fizemos uma enquete e perguntamos aos internautas o que eles achavam da condição de hoje termos os postos de gasolina. Independentemente de toda a discussão que se faça com o Ibram, com os órgãos de fiscalização, nós entendemos que postos de gasolina, de acordo com alguns argumentos que ouvi aqui, se não puderem ser instalados por conta de distância, que possam estar muito próximos a uma aglomeração maior, caem por terra.

Eu sou filho de Taguatinga. De cara, nós vamos ter que tirar os 3 postos que estão instalados no centro de Taguatinga, pois o McDonald's está ao lado da Esso, que está ao lado da Caixa Econômica. Logo atrás, há um setor de oficinas com um fluxo imenso de pessoas e, logo ao lado, outras lojas de venda de eletrodomésticos. Então, só no centro de Taguatinga, passam, diariamente, mais de cem mil veículos e mais de 600 mil pessoas, pedestres, diariamente. Então, de cara, esses 3 postos já vão ter que sair dali.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	40

Eu acho que a crescente onda de necessidade de energia é natural. O Brasil está construindo hidroelétrica, ele precisa. Nossa população está crescendo, o parque industrial cresce. Naturalmente, nós vamos precisar de energia. Essa energia também passa por gasolina. Nós precisamos naturalmente de ter mais postos. Se não forem em supermercados, naturalmente serão nas mesmas redes que já existem hoje no Distrito Federal.

Eu quero dizer que não somos contra empresários, não somos contra governos. A única coisa que nós temos feito desde que iniciamos toda essa onda de manifestações, não só em Brasília, porque agora toma conta do Brasil... Porque o preço, de fato, do combustível no Brasil é caro, ele chega caro.

Nós entendemos, Dr. José Carlos Ulhôa. Nós compactuamos, sim, que a carga tributária dos combustíveis é muito alta. Eu digo e tenho dado isso em entrevista para a CBN, para a Nacional, para a *Band News*, para todas as emissoras. Eu tenho falado e nós não temos nos furtado dessa discussão mais ampla. E não é só chamar a atenção do empresário, hoje, para cumprir o seu papel social, baixar os valores dos combustíveis, mas também do Governo Federal, para que ele possa diminuir essa tributação hoje. Nós entendemos que, se o Governo Federal, governos estaduais, governos municipais não fazem o seu de trabalho, na verdade deveriam trabalhar por um transporte público de massas que tirasse essa quantidade de veículos das ruas e que pudesse dar qualidade para o cidadão, para que ele pudesse economizar mais dinheiro para chegar ao fim do mês e fazer alguma outra coisa em benefício da sua família. Ele está hoje gastando 40% do que ganha em transporte. E o transporte aqui no DF, todo mundo sabe, o que de fato tem um pouco mais de eficiência é o veículo particular.

Nós entendemos que essa discussão é possível de ser feita sem cairmos nas chamadas “caça às bruxas”. O empresário pode, sim, diminuir a sua quantidade de lucro. Nós sabemos que um lote aqui no Plano Piloto... Nós até participamos de um debate na CBN, José Carlos, quando o senhor colocou bem que um lote no Distrito Federal é muito caro. Eu acredito nisso, eu sou filho dessa terra. Meus pais vieram para a construção e todo mundo que vive na cidade sabe que existe uma especulação imobiliária muito grande. E, logicamente, tirando as condições também de mudanças de destinação de área, da quais muitos postos também se beneficiaram, a gente entende que tudo bem. Agora, que se dê o mesmo entendimento em relação ao posto do Plano Piloto e das cidades-satélites. Como a gente fala: de norte a sul, de leste a oeste, o preço é um só.

Eu gostaria de fazer um pedido público ao Dr. Antônio Matias, que é o Presidente da Gasol; ao Presidente do Sindicompostíveis/DF, José Carlos Ulhôa; aos demais Parlamentares que se fazem presentes; a todos que estão acompanhando aqui: é possível encontrar um entendimento. Agora, ele vai desde o Governo Federal. Porque hoje, sem dúvida, quando se fala que a Petrobras não repassou aumento desde 2009, a gente contesta claramente esses números. Uma coisa é refinaria,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	41

outra coisa é a BR Distribuidora. Quando o petróleo sai daqui, sem dúvida, é um valor, que não tem sido mexido, a tabela está aí, mas quando passa para a BR Distribuidora, a coisa muda. Então, do que nós necessitamos? E a Deputada falou muito bem. Nós não estamos aqui para defender A ou B. Quem defende de fato a sociedade, o cidadão comum? Eu vou dar um relato rápido: um senhor me encontrou no centro de Taguatinga. E ele tinha acabado de acompanhar uma entrevista que eu havia dado e disse: "Meu filho, eu tenho 75 anos e tenho problema de locomoção. Eu moro em Campos Belos, Minas Gerais. Eu estou chegando agora de ônibus e lá o combustível está R\$ 3,32. No dia anterior, eu havia ido à região de Senador Canedo — esses dias atrás do feriado — e, na mesma região que manda o álcool que chega ao Distrito Federal, eu vi o álcool sendo vendido a R\$ 2,22 e a gasolina a R\$ 3,22.

Só para concluir. Nesse país, nós não podemos entender. Como é que um país que, em 2007, colocou para a sua população a autossuficiência em petróleo; que, em 2009, falou do pré-sal; e que, em 2010, falou como ninguém... Parecia que nós já tínhamos petróleo para mandar para o mundo todo. Quatro meses de um novo governo, o que temos? Esta semana a Petrobras está importando um milhão de barris de petróleo e, nas duas últimas passadas, mais um milhão e meio. Dois milhões e quinhentos mil barris em duas semanas! O que aconteceu? Cadê o nosso pré-sal? Cadê a nossa autossuficiência?

Então, o que queremos saber, minha gente... Eu sou uma pessoa comum como qualquer outra, um cidadão comum, como aquele que saiu da Ceilândia, ou que vem de Sobradinho para o Plano Piloto. Mas somos nós que pagamos essa fatura. E digo aos empresários, aos nossos dirigentes da Câmara Legislativa: alguém tem de ter algum tipo de sensibilidade, fora da ganância, fora da necessidade. Eu sei que o empresário tem de ganhar. Eu sei que a Petrobras precisa dos seus impostos para pagar os estudos, tudo que é feito hoje para chegarmos a um ponto de dizermos que temos como tirar petróleo da camada pré-sal, tudo bem. Mas a gente percebe uma única coisa: quem paga essa fatura final é o cidadão comum. E o cidadão comum neste País — podem ter certeza — não ganha salários exorbitantes, como todo mundo imagina. Imaginam que aqui em Brasília nós vivemos na ilha da fantasia. Somos pessoas simples que, às vezes, precisam do seu carrinho, como esse senhor que me encontrou para dizer: "Eu preciso sair da fazenda e chegar no posto de saúde, mas eu não estou tendo condição".

Eu quero concluir minhas palavras, agradecendo por este debate. Colocamo-nos à disposição. Quero dizer para vocês que, quando esse movimento surgiu... Vejam vocês, movimento contra a cartelização. Queremos é que haja concorrência e a redução da carga tributária. Inclusive, convido todos que queiram participar, Deputado Raad Massouh. Sábado, pretendemos fazer uma grande carreata, porque a nossa preocupação não é só discutir preço, não. Porque quem precisa do transporte, precisa também do transporte público. Vejam vocês, participe da grande carreata em protesto ao abuso do preço dos combustíveis. E aqui, pela enquete que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	42

fizemos, as pessoas, o cidadão comum, é favorável, sim, à venda de combustível no DF. E outra: melhoria do transporte público, construção de ciclovias e redução da carga tributária. Por que não adianta só diminuir o preço do combustível, que sejam cinco ou dez centavos, o cidadão simples e comum precisa de um transporte que de fato o atenda.

Eu agradeço a paciência da Mesa, de todos que se fazem presentes, porque nós podemos, como sociedade, cada um, dar a sua contribuição para mudar essa história.

Muito obrigado pela paciência de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Muito obrigado.

Parabéns por suas palavras. Vou passar a palavra por dois minutos para o Sr. José Carlos falar no lugar do Dr. Antônio Matias. Depois vou dar o meu posicionamento e encerro a sessão.

SR. JOSÉ CARLOS ULHÔA FONSECA – É pena que a Deputada Rejane Pitanga esteja se ausentando, mas eu quero dizer que eu concordo com ela de fato, nós não podemos considerar a população com números. Mas nós vivemos disso, nós vivemos disso.

E eu quero dizer aos senhores, parece que a gente falou no início e muitas pessoas não perceberam a nuance dos preços. O peso disso aí. O peso tributário é violento. E quando você ganha quarenta centavos e sobram oito ou nove centavos, já é uma demonstração da carga tributária pesada.

Agora, só quero desmistificar algo. Primeiro, os preços não caem com os supermercados a longo prazo. Exemplo das cidades brasileiras todas. Os empregos não aumentam com a entrada dos supermercados; pelo contrário, diminuem, porque eles quebram os pequenos. É o contrário, totalmente diferente. E, por último, apenas pela nota taquigráfica, eu fiz questão de mencionar: o Deputado Chico Vigilante está redondamente enganado a respeito de determinadas posições, particularmente no posto da Gasoline. E a nossa posição no Sindicombustíveis/DF foi sempre combater veementemente as transformações e as destinações que não estavam previstas no Plano Diretor.

Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, neste momento, ouviremos as considerações finais e o pronunciamento do Exmo. Sr. Primeiro Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Raad Massouh.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Boa-tarde a todos e a todas. Realmente, chegamos a um horário bastante avançado, mas é sinal de que, no diálogo, foi dada a oportunidade a todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	43

O que foi discutido aqui é de muita importância para todos os segmentos envolvidos e para Brasília. O que me interessa é o bem da nossa cidade, uma cidade que tem sofrido, que tem passado por coisas pelas quais não merece passar e na qual vemos vários problemas. Eu, como Parlamentar, quero me colocar à disposição de todos os segmentos, de todas as pessoas que queiram algum auxílio, alguma participação desta Casa.

Esta comissão geral teve como intuito, exatamente, dar maior esclarecimento a todos, para que consigamos, amanhã, chegar a um consenso na hora de uma eventual votação. Tenho certeza de que para mim ela resolveu muito, ajudou bastante com vários esclarecimentos.

Vimos pela explanação que, independentemente de ser num supermercado ou num *shopping*, se não diminuirmos os impostos, se não diminuirmos a carga tributária, se não sensibilizarmos o Governo Federal... Porque a culpa desse aumento, hoje, não é porque a gasolina está no mercado ou deixou de estar no mercado; esse aumento tem a culpa, sim, do Governo Federal, que não está segurando as rédeas, conforme o Charles Guerreiro afirmou. Estamos tendo aumentos abusivos. Esses aumentos não serão resolvidos com a abertura de postos nos mercados ou nos *shoppings*. Acho que não vai resolver, pode ajudar, mas não vai ser a solução. Contudo, nem por isso estou me colocando contra a abertura nos mercados ou contra a abertura nos *shoppings*. Vamos avaliar toda a proposta, toda a situação. Entretanto, pelo que eu consegui concluir, acho que tem que ser em igualdade de condições.

Eu vou apresentar, já protocolei, uma emenda junto a esse projeto, na qual vamos colocar muito claramente que esta lei só poderá se aplicar aos estabelecimentos que obtiverem licença de funcionamento após ela ser promulgada. Por quê? Para evitar que cartéis já tenham se movimentado antes para colocar os postos nos locais indevidos. Então, acho que essa emenda é muito importante.

É muito importante, também, que todos os lotes em que serão edificados os empreendimentos sejam objetos de licitação pela Terracap, com prévia definição da finalidade para a qual vão ser usados. Isso também, no meu entendimento, é muito importante e está dentro dessa emenda.

E o terceiro item da minha emenda é que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN deverá ser previamente consultado em todas as hipóteses, sendo indispensável o seu parecer favorável para que aquele empreendimento, ou aquele *shopping*, ou aquele supermercado possam abrir um estabelecimento de comércio de combustível. Por que não coloquei o Ibram? Eu acho que o Dr. Dálio entende perfeitamente que não há necessidade de estar dentro, porque ele já faz parte do processo. Nenhum alvará em Brasília é dado sem o consentimento do Ibram, por isso a não presença do Ibram dentro dessa emenda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	44

Então, ficam aqui colocadas essas 3 emendas para que possamos acrescentá-las ao projeto, também para evitar que pessoas que gastaram muito dinheiro ao comprar um terreno de posto de gasolina sejam prejudicadas por pessoas que pegaram um terreno de uma forma muito mais fácil, muito mais tranquila, que não tinha destinação para um posto de gasolina e, de uma hora para outra, passou a ter tal destinação. Aí nós vamos passar o papel de palhaços, vamos passar uma imagem que o povo nas ruas vai falar: "Está vendo, liberaram para ganhar dinheiro na venda dos lotes." E não queremos isso, queremos transparência. E, para que haja transparência e haja, realmente, Deputado Cláudio Abrantes, igualdade de condições, todos os imóveis que forem vendidos para essa finalidade devem ser objeto de licitação da Terracap, para que quem já tem os imóveis antigos não possa sobressair em cima dos que já compraram há alguns anos, a preços altos, inclusive com ágio por serem destinados a um posto de gasolina.

Então, como o Deputado Cláudio Abrantes é o único Deputado presente neste momento, até agradeço pela sua presença, coloquei junto ao projeto... V.Exa. também tem um projeto para apresentar. Então, colocamos três itens: esta lei somente se aplica ao estabelecimento que obtiver licença de funcionamento após a aprovação e promulgação deste projeto; os lotes a serem edificados, os empreendimentos referidos no *caput*, deverão ser objeto de licitação pela Terracap com prévia definição da finalidade a ser utilizado; e o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deverá ser consultado e dar autorização para isso.

Portanto, quero agradecer a todos. Vamos quebrar o protocolo, visto que o Deputado Cláudio Abrantes é o único Deputado aqui presente. O meu posicionamento já é conhecido e eu gostaria, antes de encerrar esta reunião, que S.Exa. exponha o seu ponto de vista.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, Deputado Raad Massouh, eu gostaria, antes de tudo, de saudar V.Exa., os membros da Mesa, os Parlamentares que passaram por aqui e a Assembleia que também está acompanhando esta comissão geral. Infelizmente, as atribuições do mandato não me permitiram ficar o tempo todo aqui. Antes de tudo, quero saudar a decisão da Casa de trazer o tema a debate, e isso capitaneado pelo Deputado Raad Massouh, autor do requerimento de realização desta comissão geral.

É óbvio que todos nós, brasilienses, até pelas matérias trazidas aqui, sofremos muito com a questão do combustível. E não só no plano individual, mas a questão da indústria, da economia do País, realmente há muitos questionamentos sobre o preço dos combustíveis, o que afeta a vida de toda a população. Então, toda iniciativa que tenha por objetivo algum tipo de alteração nessa relação deve ser muito bem debatida, muito bem discutida, e não deixa de ser salutar, desde que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	45

observemos todos os mandamentos e todos os parâmetros necessários. Digo isso, primeiramente, visando a um serviço bem prestado para a população e, segundo, pelas regras de convivência de equilíbrio econômico, porque acredito que a atividade tem uma transversalidade muito grande. Acabamos de falar da questão econômica, do nosso dia a dia. Há também a questão dos frentistas, das famílias que estão envolvidas nisso. Então, trata-se de um debate que afeta muito a nossa vida.

Ouvi atentamente as explanações, tanto dos que são posicionados a favor quanto dos que são contrários à lei. Estou formando meu convencimento. Temos sugestões a fazer a esta lei, fruto de conversas que tivemos nos últimos dias.

Confesso que, até porque hoje tenho a honra de presidir a Frente Parlamentar Ambientalista, da qual o Deputado Raad Massouh também faz parte, meu posicionamento será muito focado na questão ambiental.

Ouvi atentamente o Dr. Dálio até quando pude, mas pessoas estavam me aguardando e tive de sair. Solicito a S.Sa. que, se possível, encaminhe as considerações do Instituto Brasília Ambiental para o nosso gabinete, Gabinete 4. Eu ficaria muito feliz.

Acredito que, de todas as questões levantadas, com todo respeito a tudo o que foi exposto, a questão da economia, inclusive, tudo isso deve vir, primeiramente, calcado pela questão ambiental, porque é a preparação para o nosso futuro, para os nossos filhos, para as próximas gerações. Hoje o planeta está se digladiando sobre as questões ambientais. São fenômenos naturais que acontecem dia a dia, a questão do uso adequado do solo – e aí também temos a oportunidade de estar à frente da Comissão de Assuntos Fundiários –, a questão da água, enfim, uma série de elementos sobre os quais o Dr. Dálio sabe muito melhor que eu, pois S.Sa. é especialista e eu sou apenas uma pessoa apaixonada pelo tema. Então, eu gostaria muito que o senhor encaminhasse ao nosso gabinete o posicionamento do Ibram, até mesmo para terminarmos de formar o nosso posicionamento. As questões da concorrência e do preço são muito importantes, mas tenho pautado o meu mandato por nunca perder de vista a questão ambiental. Eu gostaria muito de ter esse documento para dar minha contribuição.

Acredito que o que deve sair desta comissão, Deputado Raad Massouh, não deve ser um confronto de A contra B. Acho, sim, que deve sair um projeto, uma discussão que seja uma tentativa de melhorar a questão do preço. Isso é salutar, e eu parabenizo o Deputado Chico Vigilante nesse sentido, mas devemos ter um encaminhamento para que todos ganhem, seja na questão econômica, averiguando-se, naturalmente, também o posicionamento que foi colocado pelo sindicato dos postos, seja na questão dos profissionais que trabalham, os frentistas, seja, na minha modesta visão, na questão ambiental. Isso me preocupa muito porque estamos tratando de um tipo de produto muito delicado, como no começo da fala de V.Exa. eu pude observar. Tenho muita preocupação quanto a isso, tenho muitos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2011	15h25min	39 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	46

amigos frentistas que, inclusive, relatam para mim essas questões, e eu acho que isso deve ser observado, ainda mais quando se vai trabalhar em uma área de grande aglomeração de pessoas como é o caso de supermercados, *shopping centers* e similares.

Então, não quero adiantar o meu posicionamento porque a minha ideia é contribuir para esse processo, para esse projeto, desde que sejam observados determinados ditames que vão influir diretamente na nossa vida, e não só no bolso. Eu acredito que o bem-estar da população, dos servidores, daqueles que estão neste segmento é extremamente importante.

Finalizando, gostaria de parabenizar o Deputado Raad Massouh mais uma vez e agradecer sua deferência, porque acompanhei a reunião, depois saí e agora estou voltando no finalzinho, pois eu queria realmente me pronunciar, mas vi que havia outros Deputados inscritos. Infelizmente nem todos puderam ficar; não é por desmérito, o Deputado Raad Massouh sabe disso, todos têm suas obrigações, suas atribuições, nossa vida é muito corrida, não é, Deputado? Então eu quero saudá-lo, parabenizá-lo e dizer à população do Distrito Federal que estamos atentos para isso, a Câmara está atenta, e o que vai ser buscado é uma solução que atenda a sociedade como um todo e não somente em um ponto ou outro. Todas as leis produzidas aqui têm que ter este objetivo: trazer um benefício. Qual é a melhor relação para a sociedade? O que beneficia mais a sociedade? É nesse sentido que vamos trabalhar também.

Obrigado, Deputado. Parabéns! Boa-noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Obrigado, Deputado, pelo seu pronunciamento de muita sabedoria.

Gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades, do Governo e da sociedade aqui representada por suas lideranças, que contribuíram de modo relevante para o sucesso deste evento.

Muito obrigado a todos. Que Deus nos abençoe.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral.

(Levanta-se a comissão geral às 18h32min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 108 – Suplemento, de 10/6/2011.